



DEVANIR DOS SANTOS INÁCIO

**A MORTE DE DEUS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS
QUESTÕES MORAIS**

LAVRAS-MG

2020

DEVANIR DOS SANTOS INÁCIO

A MORTE DE DEUS E SUAS CONSEQUÊNCIAS NAS QUESTÕES MORAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do curso de Filosofia para a obtenção
do título de Licenciado em Filosofia.

Dr. Renato dos Santos Belo
Orientador

LAVRAS - MG
2020

À minha Esposa Isabel Cristina da Silva Inácio. Dedico e agradeço pela impensada inscrição no ENEM / 2013. Naquela altura de minha vida, já aos 37 anos, embora eu planejasse, talvez por iniciativa própria, eu tivesse sido vencido pelas pedras do caminho. Mas foi através da sua iniciativa você Isabel, que o sonho começou a se concretizar. Prova de amor e confiança e parceria.

DEDICO

À minha Filha Karen Cristina Inácio. Dedico e agradeço.

DEDICO

Ao meu Filho Lucas Daniel da Silva Inácio. Dedico e agradeço, por terem sido ao longo destes seis anos de curso, o meu suporte, fortaleza e refúgio.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Lavras (UFLA), em especial ao Departamento de Ciências Humanas (DCH). Pela oportunidade que me foi dada, para honrosamente fazer parte da história desta renomada instituição.

Aos professores e professoras do (DCH), em especial aqueles que me acompanharam ao longo destes seis anos de curso, que com seu carinho, profissionalismo e dedicação, me propiciaram esta grata conquista. A realização de um projeto de vida.

À minha família, Irmãos, Irmãs e Sobrinhos, que ao longo da minha vida, sempre manifestaram o apoio necessário para que eu não desistisse deste sonho.

À minha Mãe Neusa Inácio, que no auge de seus 85 anos de vida, me concederá a grata felicidade olhar no fundo de seus olhos e dizer: “valeu a pena”.

Ao meu Pai Geraldo Inácio (In memória) meu maior inspirador para a vivência de mundo.

Aos colegas da turma 2014-1 do Curso de Filosofia da UFLA. Saibam que cada um de vocês, contribuiu muito na minha formação.

Aos demais familiares e amigos que de longe ou de perto torceram pela minha vitória.

Um agradecimento especial à Adriana Vieira da Silva Nogueira e Laís Fernanda Silva Nogueira, mãe e filha respectivamente. Minhas cunhada e sobrinha, as quais antes de tudo começar, torceram e me apoiaram, acompanhando minha classificação nos SISU.

Por fim Agradeço profundamente ao Professor Renato dos Santos Belo. Meu Orientador. Aquele que com imensa maestria, em apenas um período, lá em 2016-1 me apresentou o tema que hoje estou defendendo. E não poderia ser outro tema, pois fora este, que me levou à filosofia.

MUITO OBRIGADO!

RESUMO

A abordagem filosófica de Nietzsche a cerca do “valor dos valores”, remonta aos saber filosófico ao longo da história. Nietzsche faz um estudo etimológico, filosófico e científico. Pesquisando culturas e povos diferentes em diversas situações e tempos distintos. Por fim acumula fundamentos e teorias significativas para empreender uma verdadeira crítica à tradição filosófica até o momento por ele vivido. Contudo, na contemporaneidade ainda se observa os seus escritos, como algo totalmente atual, mas, também algo que está para além de nosso tempo. É devido a esta condição de atualidade dos escritos de Nietzsche que se pretende neste trabalho, apresentar os argumentos de Nietzsche, para que se proceda “a transvaloração do valor dos valores”. Tendo a figura central do Deus transcendente do Cristianismo. O qual foi tomado como valor supremo. Dita valores e procede a negação da vida para a humanidade. Assim neste trabalho poderá se observar a crítica empreendida por Nietzsche à filosofia clássica antiga, representada pelo platonismo, mas também um debate direto com a filosofia moderna representada em especial pela filosofia Kantiana. Os capítulos deste trabalho foram pensados visando a seguinte estrutura: início dos questionamentos internos na pessoa do filósofo Nietzsche; Busca da origem dos conceitos “bem” e “mal”; Dirigindo-se para uma abordagem destes mesmos conceitos, porém confrontando as diferentes interpretações dadas a estes conceitos em tempos e momentos diferentes, abarcando as noções altruístas num cenário de coletividade e as noções egoístas num cenário de individualismo. Tendo em mira uma conclusão que nos permita na contemporaneidade, pensar com o filósofo e dar voz à sua filosofia.

Palavras-chave: Platonismo; Mal; Bem; Cristianismo; Nihilismo; Valor Moral; Liberdade; Razão.

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE: MONOGRAFIA

1 INTRODUÇÃO:.....	01
2 CAPITULO 1: A TRANSVALORAÇÃO DO VALOR DOS VALORES:.....	03
3 CAPITULO 2: LEGISLAÇÃO UNIVERSLA DA RAZÃO PRÁTICA:.....	16
4 CAPITULO 3: LEGISLAÇÃO FILOSÓFICA DO SI PRÓPRIO:.....	22
5 CAPITULO 4: COMBATE AO DOGMATISMO NA MODERNIDADE.....	27
6 CAPITULO 5: PÚBLICO ALVO DE NIETZCHE.....	30
7 CAPITULO 6: A MORTE DE DEUS.....	36
7.1 AS CONSEQUENCIAS E AS IMPLICAÇÕES DA MORTE DE DEUS.....	42
7.2 COMENTÁRIO.....	46
8 CONCLUSÃO.....	47
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50

SEGUNDA PARTE: PLANO DE CURSO

10 PLANO DE CURSO.....	51
------------------------	----

INTRODUÇÃO

Faço saber, que sou oriundo de uma formação / criação, pautada nos princípios religiosos do cristianismo vigorante no mundo ocidental a mais de 2000 anos. Por este motivo e principalmente em face de seu domínio por tão longo período, qualquer observação contrária, que se faça a tais princípios, tendem a ser encarados pela Santa Igreja, como heresia; modismo ou apenas absurdos profanados. Contudo, sabendo que o que aqui será tratado, pode trazer algum desconforto para minha vida pessoal, frente à sociedade e às diversas instituições à que estou vinculado, (Igreja, Empresa / trabalho e Família). Resta-me apelar, ou melhor, recorrer à “Sagrada Escritura” que diz: “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”. Dando-lhe o “livre arbítrio”. Logo, se sou parte divina e possuo livre arbítrio, nada que eu faça enquanto vivente, poderá ser questionado, pois estaria apenas agindo conforme minha natureza, conforme a Bíblia. Assim, serei ousado neste trabalho, em colocar meu intelecto, essa parte divina que me foi dada, a serviço dos questionamentos que hoje me assolam e creio, assolam e consomem toda mente humana. Questionamentos estes, que não podem ficar sem respostas. Sejam elas dignas ou não de um Deus que as sustentem.

Ainda que não pareça, motivado pela vivência religiosa, me vi impelido pelo exercício filosófico, em direcionar meus estudos não apenas para a formação acadêmica, mas principalmente, para buscar respostas aos questionamentos particulares e pessoais; fazendo da vivência acadêmica, não só uma oportunidade de formação, mas também, utilizá-la como meio para uma busca pessoal e encontro comigo mesmo. Não obstante ao conhecimento filosófico, antes de tudo, visei responder a mim mesmo, questões que antes me pareciam inquestionáveis. Ou pior, impossíveis de serem respondidas. Sendo porém, a falta de respostas, que torna o homem “refém”, “escravo”, “ovelha de rebanho”.

Para os poucos, aos quais, é, ou será uma honra lhes falar, afirmo que minhas pretensões são puramente filosóficas. E para isso, tomo como ponto de partida as reflexões acerca da obra de Friedrich Nietzsche, *Genealogia da Moral – “A Morte de Deus”*.

Considerando então, que não estou aqui a cometer nenhuma heresia, muito menos negando minhas origens, opto por acreditar que estou, no justo uso de minhas faculdades intelectuais, seguindo as reflexões de Nietzsche e trazendo-as a tona, para serem postas em debate. Haja vista, que tais reflexões não podem mais ser deixadas de lado. Creio ainda, que a

própria Igreja, haveria de ganhar muito com este debate. É com esta motivação de espírito que me lanço neste serviço filosófico. E peço, para aqueles que já de início, possam querer me jogar / condenar; que se sensibilizem com a causa pretendida, e que se permitam juntamente comigo e direcionados por Nietzsche, a cogitar uma forma diferente de ver, pensar e viver o mundo. Assim, as paginas que se seguem, abordarão conteúdos que tratam da vida mundana. De todas as formas de relacionamento do homem com si mesmo; com os outros homens; com as forças que o compõe e todas as outras que o circundam e compõem o universo. E neste quesito, terá destaque, as questões morais, que fundamentam toda forma do relacionar-se.

CAPÍTULO 1

A TRANSVALORAÇÃO DO VALOR DOS VALORES

Deus morreu. É o que Nietzsche quer gritar para os quatro cantos do mundo, através de sua filosofia inovadora. Embora, à primeira vista, pareça simples o mero anunciar deste acontecimento, já constatado por Nietzsche e, de certa forma, assumido pela humanidade através de suas práticas de vida, tendo em vista um cenário mais amplo de laicização do mundo (cf. a ideia de desencantamento do mundo de Weber), trata-se, para Nietzsche, também e, sobretudo, de extrair as devidas consequências dessa empreitada/projeto. E isso jamais foi tentado devidamente, pensa o filósofo. Trata-se, assim, de levar em conta as reais pretensões de Nietzsche, ao anunciar a “Morte de Deus”. Anunciar a Morte de Deus significa ir muito além das questões teológicas no que se refere à religião cristã especificamente. Religião esta predominante no ocidente e que se encontra presente no debate filosófico de Nietzsche. Anunciar a morte de Deus é romper com toda a filosofia tradicional, e junto com esta, rompe-se com todo “Sistema” político, cultural, artístico e científico que vigorava até aquele momento. Ou melhor, vigora até os dias atuais, mais de um século após a morte do próprio Nietzsche. Observemos que Nietzsche apenas constata e anuncia a Morte de Deus. Ele não a decreta. Ele apenas quer chamar a atenção para aquilo que a humanidade já vivencia, ainda que sem ter a devida compreensão. Ou, visto de outro ponto de vista, Nietzsche quer justamente combater uma filosofia que intencionalmente não assume a “Morte de Deus”, que se mantém atada ao dogmatismo filosófico da metafísica, para continuar sustentando uma farsa, um erro, uma mentira. O erro a que Nietzsche se refere passa pelo conhecimento da história dos sentimentos morais sustentados tanto por Kant como por Schopenhauer, como aponta Giacoia.

A crítica de Nietzsche, voltada contra ambos, é que, em ambas as versões, o empreendimento teórico acoberta uma intenção de tipo genuinamente religioso-moral. A teoria do caráter inteligível, tanto em Kant como em Schopenhauer, é um recurso *in extremis* dos filósofos para assegurar a legitimidade de conceitos fundamentais da moralidade, tal como responsabilidade e imputação, e com isso justificar a atribuição de culpa.

(GIACOIA, 2012, P. 151 e 152).

Para Nietzsche, a subjetividade não deve ser tomada como fato dado, como um Ser, mas como um vir-a-ser. Deve ser entendida como o nosso caminhar ao longo da nossa existência. De modo que o conhecimento do si próprio proporcione o advento do “amor fati” em detrimento do “amor ao próximo”. (GIACOIA, 2012, P. 152).

Dessa reversão brota a certeza de que não há oposição absoluta entre contrários, ou seja, de que um dos polos condiciona e determina seu oposto – a saber, que os sentimentos moralmente reprováveis (como egoísmo, vaidade, ambição, cobiça, a ânsia de poder, a sensualidade) são *condições necessárias* para a geração de formas mais elevadas e sublimes de sentimento, como o sentido para a verdade, para a justiça, de maneira que a paulatina compreensão de que tudo é necessário conduz ao refinamento do sentimento e da ideia de justiça – mas de uma justiça que não mais condena e pune, senão que absolve, que faz compreender que tudo é inocência, pois tudo se encadeia numa mesma e *única* corrente perpétua do vir-a-ser.

(GIACOIA, 2012, P. 152).

Vê-se nessa passagem a dura crítica empreendida por Nietzsche de uma só vez à filosofia platônica, kantiana e schopenhauriana acerca da necessidade mecânica vigente na natureza, e da liberdade.

Podemos observar a mesma afirmação em Scarlett Marton.

É inevitável que a existência tal como é, sem sentido ou finalidade, se repita; é imprescindível que o homem, não possuindo outra vida além desta, a afirme. Não temos escapatória: estamos condenados a viver inúmeras vezes e, todas elas, sem razão ou objetivo; tudo o que nos resta é aprender a amar o nosso destino.

“Minha fórmula para a grandeza no homem é o *amor fati*”, declara Nietzsche, “não querer nada de outro modo, nem para diante, nem para trás, nem em toda eternidade”.

(MARTON, 2006, P. 56 e 57).

O amor fati nos impõe uma nova perspectiva de vida frente ao mundo, converte o impedimento em meio, os obstáculos se tornam estímulos, os adversários passam a ser aliados que ajudam a afirmar a vida com alegria. Sem resignação, sem conformismo ou submissão passiva. Nem amor nem lei, nem causalidade, nem finalidade. Tudo é *fatum (destino)*. Amor fati, isto é, amor ao que advém. Atividade em vista de realizar o que ainda não é e a aceitação amorosa do que advém. Não se espera mais que um poder transcendente justifique o mundo, o homem é que dará sentido à própria vida, não deve aguardar que venham redimi-lo. Deve amar cada instante como ele é. Esta é, segundo Nietzsche, a maior afirmação da existência, que se apresenta como um eterno retorno. Um retorno sem cessar, a verdadeira e suprema forma do niilismo.

O homem então, sendo essa porção empírica, não fenomênica, está inserido em uma causalidade e necessidade mundanas. E a liberdade transcendental, apreensível apenas do ponto de vista não fenomênico, fora das coordenadas de tempo e espaço, cai por terra e é considerada, por Nietzsche, o último reduto metafísico da “fábula do livre arbítrio” na modernidade. Com este desmoronamento, Nietzsche procura destituir do seu lugar de destaque na moralidade toda possibilidade de justificação e fundamentação dos juízos de valor moral e de imputação que vigoram até os dias de hoje.

Nietzsche faz um diagnóstico de época frente ao cenário político e cultural, que se instaura na Europa e em grande parte do mundo, sobretudo com a culminância da Revolução Francesa e seus efeitos mundo afora.

A constatação da morte de Deus se dá, sobretudo, na observação do próprio comportamento humano na modernidade. O mundo moderno não mais se justifica ou corresponde ao modo de vida como nos primórdios da civilização em todo o decorrer da vivência humana. Até aquele período histórico, o mundo modificou-se substantivamente na política, na cultura e na religião. Os valores mítico-religiosos, que direcionavam a elaboração dos conceitos morais e éticos, conduzindo a vida mundana, não mais desempenham os mesmos efeitos de outrora. Partindo desta percepção do comportamento humano, Nietzsche constata que a partir de Sócrates, os deuses que eram apenas representações divinas, encarnados ou personificados em símbolos materiais (talismãs, estátuas), por consequência, imanes, começaram a perder seu valor. São reduzidos somente ao campo mitológico. A partir da elaboração do mundo suprasensível, começa a emergir a figura de um Deus único. Os deuses, que eram imanes e se relacionavam diretamente com os homens, agora são postos em um mundo inatingível, um mundo ininteligível. Entra em jogo o Deus transcendente. Toda a antiguidade bebeu daquela fonte para elaborar suas teorias filosóficas que, sem grandes complicações, justificavam-se e cumpriam suas finalidades. Já agora, o desenvolvimento do pensamento da humanidade, tem em mira os conhecimentos científicos acessíveis a cada época.

É o que Scarlett Marton nos indica em *Nietzsche a transvaloração dos valores* e que me parece oportuno destacar neste momento, através de passagem em que ela destaca que, segundo Nietzsche, *O Nascimento da tragédia* não é propriamente um trabalho filológico, mas se trata de considerações filosóficas acerca da tragédia na Grécia antiga.

Até então filólogos, estetas e historiadores haviam sublinhado apenas um princípio na arte grega: o apolíneo. Tomavam-na como arte da ponderação e o domínio de si. Ao apolíneo, Nietzsche contrapõe o dionisíaco, com seu caráter de vertigem em excesso. Esses princípios são manifestações na arte de duas pulsões cósmicas e, conjugadas na tragédia, permitem aos gregos encontrar o equilíbrio entre elas. (MARTON, 2006, P. 25).

Há que se destacar a referência de Nietzsche: “pulsões cósmicas que conjugadas permitem aos gregos o equilíbrio entre elas”. E continua:

“Com Sócrates, porém substitui-se o homem trágico pelo seu contrário: o homem teórico. A afirmação da crueldade da existência cede lugar ao otimismo do saber, a febre de viver à serenidade. Opõe-se a **vida à ideia.**” (MARTON, 2006, P. 25).

O que se põe com as passagens acima e que aqui são tratadas como o problema a ser observado é que Nietzsche é um filósofo do período contemporâneo, pós Kant. E está fazendo um diagnóstico de sua época. Está analisando o seu contexto histórico, e aponta que o Deus único, o Deus transcendente, que a tudo comanda até os dias de hoje, começou a emergir já na antiguidade com o ideal de conhecimento verdadeiro, verdades eternas, mundo perfeito e mundo suprassensível. Assim, os deuses que antes habitavam o mundo terreno, convivendo e justificando a realidade concreta do homem pela justaposição de duas pulsões cósmicas, apolíneo e dionisíaco, ou seja, ponderação e domínio de si aliados às fantasias ilusórias (artísticas) das vertigens e excessos mundanos e que produziam um equilíbrio, por serem ambas necessárias para o direcionamento da vida, tornam-se uno.

Com Sócrates, o dionisíaco acaba desaparecendo. É retirado do mundo. Reina a partir de então um único impulso, aquele de ponderação, resignação e controle de si. O conhecimento, o saber, passam a ser a justa medida no mundo e com ele nasce o sentimento de moralidade. É por este viés que o cristianismo vai se anunciar, mais tarde, como sendo a “boa nova”. O Deus dos antigos, O Deus de Isaac e Jacó... como referenciado na Bíblia. O Deus de bondade, da humildade e da salvação... Mas Nietzsche adverte que a “verdadeira origem da bondade” deve ser localizada antes da emergência dos valores abnegados, como nos aponta Lawrence J. Hatab, em *Genealogia da Moral de Nietzsche*.

Aqui ele propõe a noção de que as avaliações morais eram originalmente território de posição aristocrática. O que foi inicialmente considerado “bom” na cultura humana não eram nem os atos abnegados nem sua utilidade, mas sim um nobre “*páthos de distância*” de tipos baixos e comuns da sociedade.

(HATAB, 2010, P. 52).

Mais adiante trataremos destas abordagens mais detalhadamente, o que quero, neste momento, é apontar que na moral judaico-cristã, como defendido por Nietzsche, ocorre a reversão da moral originariamente nobre, para a moral do escravo. Ocorre a rebelião do escravo, do submisso contra o senhor, o dominador. E essa revolta se dá com o que Nietzsche chama de “instinto de rebanho”. É a revolta da classe sacerdotal, contra a classe guerreira. É, em suma, a disputa de poder.

Nietzsche está tratando da diferença entre dominação (guerreiros) e autoridade religiosa (sacerdotes), mas seu foco principal é a psicologia desses tipos básicos com relação às seguintes questões: por que algumas pessoas gravitam em direção à ação e outras em direção aos assuntos espirituais? Que efeitos se seguem a essa diferenciação cultural de tipos? Para Nietzsche, o guerreiro parece incorporar instintos e ações saudáveis quando mensurado pelas condições primais da vida humana. Em comparação, o sacerdote parece representar uma vitalidade menos natural, retirando-se da ação para os recessos mais ocultos dos domínios espirituais. Sob o ponto de vista da vida natural, Nietzsche chama o sacerdote de um desenvolvimento “perigoso” para a vida, que apesar disso liberou novos poderes culturais importantes. (HATAB, 2010, P. 54 e 55).

A emergência do cristianismo como uma consequência da vingança do Judaísmo contra o poder mundano, é um ódio criativo que mudou o mundo. Jesus introduziu um “novo amor” que pregava a renúncia à força, a tal

extremo que a ira corretora de Deus contra a iniquidade (no Antigo Testamento) deu lugar à não resistência (“ame seus inimigos”, “dê a outra face”).(...) (HATAB, 2010, P. 56).

Por isso mencionei anteriormente o Deus dos antigos, O Deus de Isaac e Jacó.

(...) Nietzsche, porém, alega que essa aparente negação da vingança era a consumação mais sutil e poderosa da vingança judia. O paradoxo do “Deus na cruz” – o autossacrifício de Jesus, uma morte cruel como promessa de salvação para os fracos – foi a forma mais sedutora de subversão dos valores nobres, precisamente, porque cristaliza o poder e a glória intrínsecos a uma autorrenúncia *voluntária* ao poder mundano. (HATAB, 2010, P. 56).

Esse Deus agora se torna uno e habita o mais alto dos céus...

Tendo iniciado a emergir na antiguidade, esse Deus uno passou ileso e ganhou força no período medieval, sendo reforçado na modernidade, infundindo doutrinas no modo de pensar e agir. Direcionou a política, a cultura, a vida de modo geral.

Sigamos nossas abordagens, tendo em vista que Nietzsche está analisando seu contexto histórico, embasado em pesquisas bem fundamentadas, valendo-se de fontes seguras. A partir daí, faz suas constatações. Como se apresenta no § 4º da Primeira dissertação - *Genealogia da Moral*.

A indicação do caminho certo me foi dada pela seguinte questão: que significam exatamente do ponto de vista etimológico, as designações para “bom” cunhadas pelas diversas línguas? Descobri então que todas elas remetem à mesma *transformação conceitual* – que, em toda parte, “nobre” aristocrático no sentido social, é conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu “bom”, no sentido espiritualmente nobre, aristocrático, de “espiritualmente bem-nascido”, “espiritualmente privilegiado”: um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que se faz “plebeu”, “comum”, “baixo” transmutar-se finalmente em “ruim”. (NIETZSCHE, Tradução de Paulo César de Souza, 2009).

Se as constatações de Nietzsche se confirmam como válidas para uma crítica da filosofia clássica, a qual ainda estava desabrochando no que tange ao conhecimento científico, sendo ainda os primeiros passos para o avanço deste, e isso se apresenta como um fato, pois Nietzsche nos apresentou argumentos e resultados de pesquisas e estudos que não podem deixar de ser considerados e, assim, passarei a partir daqui, a assumir um posicionamento de quem aceita como válida a postura crítica de Nietzsche. Neste caso, suas pesquisas genealógicas são suficientes para fundamentar sua Filosofia. Então, se sua crítica se apresenta com válida para a filosofia clássica, com maior ênfase, esta mesma crítica deve ser aplicada à modernidade, pois a modernidade, diferentemente da antiguidade, já passou pelo iluminismo e, neste sentido, é “esclarecida” o suficiente para não só identificar um erro do passado, mas principalmente para não replicá-lo. O que torna a crítica de Nietzsche, totalmente justificável, plausível, digna de valor e credibilidade. A modernidade já vivencia as transformações e consequências decorrentes do avanço do pensamento humano ao longo da história. E neste sentido, não só comete o “erro” da antiguidade como tem uma postura de “falsários”, “ressentidos”, bem apontados por Nietzsche na “Moral do escravo”, da *Genealogia da Moral*.

Para Nietzsche, o filósofo moderno, assim como um “escravo”, vive no submundo, a tramar contra a “vida”. Tramar contra o “mundo”.

Com o advento das “luzes”, o Deus que era o princípio e essência de toda doutrina, seja na cultura, na política ou nas ciências, fora destronado e não mais exerce o papel fundamental de justificar todas as coisas. Este é o ponto central da observação advinda do diagnóstico feito por Nietzsche. Isso equivale a dizer que a morte de Deus, a tão anunciada morte, é apenas constatada por Nietzsche, sendo ela mesma fruto do movimento anterior. A laicização e racionalização do mundo. Nesse sentido, o próprio homem o destronou, o secularizou. O homem moderno matou Deus. Ele foi morto quando o homem deixou de procurar um curandeiro religioso para se curar com um médico, reconhecendo na medicina a possibilidade de respostas para todos os males físicos e psíquicos inerentes à vida humana. Ele foi morto quando o homem deixou de ouvir os oráculos para estudar meteorologia, e ter conhecimento prévio das estações climáticas e suas alterações. Quando passou a ter domínio da astronomia e descobriu que a terra não era o centro do universo. O teocentrismo deu lugar ao antropocentrismo. Foi então que o homem moderno mergulhou no dinamismo da causalidade e necessidade mundanas, sem ainda encontrar uma justificação para o “drama

humano”. E na tentativa de “autossuperação” da consciência histórica que até então carecia de deuses que lhe dessem repostas e direcionamentos, elevou-se a esta condição. Elevou-se à posição de “deuses”. Elevou-se à posição de um ser mundano capaz de alcançar verdades eternas e verdadeiras, deixando estas de ser apanágio das religiões e do místico. O próprio homem se divinizou e passou a ser sua própria medida. Introduziu em sua vida a dinâmica e cosmovisão do sistema industrial capitalista. O homem agora é mais perspicaz. Sendo capaz de programar e planejar sua vida, é capaz de “criar”. O homem se basta e se conhece. É fato. Conhece-se, mas insiste em continuar vivendo a “história do erro”. Mas que “erro” é este?

A fábula da liberdade inteligível – A história dos sentimentos em virtude dos quais tomamos alguém responsável por seus atos, ou seja, a história dos chamados sentimentos morais, tem as seguintes fases principais. Primeiro chamamos as ações isoladas de boas ou más, sem qualquer consideração por seus motivos, apenas devido às consequências úteis ou prejudiciais que tenham. Mas logo esquecemos a origem dessas designações e achamos que a qualidade de “bom” ou “mau” é inerente às ações, sem consideração por suas consequências: o mesmo erro que faz a língua designar a pedra como dura, a árvore como verde – isto é, apreendendo o que é efeito como causa. Em seguida, introduzimos a qualidade de ser bom ou mau nos motivos e olhamos os atos em si como moralmente ambíguos. Indo mais longe, damos ao predicado bom ou mau não mais ao motivo isolado, mas a todo ser de um homem, do qual o motivo brota, como a planta do terreno. De maneira que sucessivamente tornamos o homem responsável por seus efeitos, depois por suas ações, depois por seus motivos e finalmente por seu próprio ser. (...)com isso chegamos ao conhecimento de que a história dos sentimentos morais é a história de um erro, erro de responsabilidade, que se baseia no erro do livre-arbítrio.(GIACCOIA, 2012, P. 149 e 150).

É por insistir em viver na “história do erro” que o anúncio da morte de Deus, torna-se ainda mais necessário. Pois, o homem moderno europeu, contextualmente falando, ainda que se considere ateu, vivendo num mundo laicizado, continua velando este Deus nas práticas cotidianas do mundo empírico no que tange às ciências naturais e nas práticas de atuação inteligível da mente humana que remontam ao saber filosófico.

Nietzsche tem claramente como seu principal alvo de ataque a escola filosófica moderna, tendo como seu principal representante, Immanuel Kant, que reconheceu que o conhecimento humano é limitado e que se restringe ao que tange ao campo empírico, admitindo ainda que a coisa em si só pode ser pensada e nunca alcançada. Engenhosamente, segundo Nietzsche, Kant teria lançado mão de validar a existência de Deus, seguindo a filosofia clássica, cunhada no bem em si, no fim último. Assumindo a existência de um poder transcendente, de uma razão pura e de um conhecimento universal, Kant busca tornar possível o conhecimento dos objetos reais, mantendo, assim, um vínculo com a velha metafísica tradicional da antiguidade, respaldando -se num mundo suprassensível, o qual a modernidade não se apoia mais, tendo em vista suas práticas laicizadas. Por este motivo, Nietzsche chama Kant de “Raposa velha”. classifica-o como ressentido aos moldes da “moral do escravo”. Este ataque a Kant será abordado mais adiante, mas, de início, o que podemos concluir da expressão “Raposa Velha” é que, segundo Nietzsche, Kant não teria sido forte o suficiente para romper com o dogmatismo, não teve uma postura ativa. Ao contrário, foi apenas reativo. Necessitou do “outro”, não foi soberano, manteve-se preso nos grilhões da metafísica. Diz Nietzsche que Kant estivera tão perto de se libertar, mas não o conseguiu.

Neste ponto, faz-se necessário trazer em questão a análise empreendida pelo comentador Oswaldo Giacoia Junior, em *Nietzsche X Kant* (Uma disputa permanente a respeito da liberdade, autonomia e dever).

Nos ESCLARECIMENTO PRELIMINARES SOBRE UM CONFRONTO EXTEMPORÂNEA, (GIACOIA, 2012, P. 7 a 28), pude observar que Giacoia destaca o quanto se diferem as linhas gerais entre os modelos teóricos da filosofia de Kant e Nietzsche, sejam elas a respeito das inspirações fundamentais ou quanto ao conteúdo e forma a que ambos elaboraram suas filosofias. Destaca ainda que “Reconhece a impossibilidade de conciliar numa legislação filosófica de Si-Próprio – Uma estilística moral de Si – Com uma legislação universal da razão pura prática, inteiramente formal e categórica” (GIACOIA, 2012,

P. 147). Percebe-se que, ainda assim, apresentar os dois posicionamentos filosóficos lado a lado, torna-se crucial para a compreensão de toda conceituação moral ao longo da história e quiçá, como pretendido por Nietzsche, também para um futuro longínquo. As contribuições de ambos remontam à consciência filosófica, haja vista que nem mesmo Nietzsche abriu mão por completo do legado filosófico de Kant.

Nietzsche ataca todos os pontos da ética kantiana, apesar de reconhecer em Kant o autêntico fundador do idealismo alemão e de considerar a si mesmo como o mais afortunado herdeiro de um legado de pensamento traçado de Lutero a Schopenhauer, passando por Kant e pelos pensadores idealistas como Hegel e Schelling.

(GIACCOIA, 2012, P. 148).

Considerando, então, que o legado de Kant é reconhecido por Nietzsche, temos que o “Eu Penso kantiano” não pode ser confundido com o cogito substancialista de Descartes, nem com o “eu” psicológico de David Hulme.

(GIACCOIA, 2012, P. 99).

O resultado da Crítica da razão empreendida por Kant é a dissolução da metafísica racional. Este resultado é visto com bom grado por Nietzsche. “O eu penso” kantiano é o sujeito da consciência em geral, sendo, portanto, a mesma unidade lógica pressuposta em toda e cada consciência e autoconsciência individual. Nietzsche, então, reconhece o mérito da crítica de Kant à tradição metafísica da subjetividade e valoriza seus esforços em dotar a metafísica da subjetividade de fundamentos mais sólidos em relação ao que fizeram os racionalistas e empiristas.

Neste sentido, a concepção kantiana de subjetividade é tomada por Nietzsche como ponto de partida, seja para dela tirar proveito, seja para usá-la como base forte de refutação, ao que ele chama de denúncia ao enredamento persistente nas malhas da gramática da linguagem, da qual se enraizou o pensamento ocidental.

(GIACCOIA, 2012, P. 104 e 105).

Guardada a devida consciência filosófica que poderíamos utilizar para aproximar Kant de Nietzsche. Nota-se que Nietzsche faz exatamente o caminho contrário, utiliza este mesmo legado para refutar seus antecessores e os contemporâneos, que, representados por Kant e Schopenhauer, são os defensores da tese do “caráter inteligível” da liberdade.

Ao contestar o conceito transcendental da liberdade, culmina com a contestação da fundamentação dos conceitos ético-filosóficos de imputação e responsabilização. Então, exclui-se toda legitimidade dos juízos a respeito do valor moral das ações humanas, tão caros para a filosofia vigente. Tenta-se combater a história do “erro”.

Seguindo o percurso apresentado por Giacoia, procuro também neste trabalho apresentar abordagens específicas da filosofia kantiana, pois estas são peças-chave para a compreensão da crítica de Nietzsche. Embora isso se dê de uma forma bastante superficial e com grandes possibilidades de pouca clareza de minha parte, pois, falando sinceramente, aos que comigo se entregarem ou entregaram na leitura deste trabalho, não de concordar que mencionar “uma frase” dos escritos kantianos suscita uma infinidade de interpretações, com possibilidades infinitamente maiores de pontos de abordagens, sem um perfeito e derradeiro esgotamento. Além do que não é este o objetivo deste trabalho. Mas, consciente da necessidade de abordá-los para lograr êxito na minha empreitada, tentarei me limitar em apenas apontar alguns dos principais conceitos e teses defendidos na filosofia kantiana, buscando ainda utilizá-la como referencial para que assim os que vierem a ler este trabalho, ou mesmo para os que agora estão a avaliá-lo, levem em consideração que tratar inteiramente da crítica à moralidade empreendida por Nietzsche não se esquadrinha somente aos escritos de Kant, como se isso já não fosse mais que suficiente. Mas, neste sentido, seria desnecessário tentar abordar tão profundamente tal filósofo antes que se tenha uma bagagem prévia do que aqui está sendo apresentado, donde julgo eu mesmo ser incapaz de realizar a contento tal proeza. Não obstante, faz-se necessário, para a melhor compreensão deste trabalho, que as duas linhas filosóficas sejam confrontadas, pois, ambas buscaram empreender esforços suficientes para fazer uma FILOSOFIA autêntica. Consolidando-se como legisladora da razão humana. E o filósofo, o verdadeiro filósofo, por sua vez, é o agente e gestor desta legislação, sendo sua responsabilidade a destinação do homem enquanto ser moral. E isso é observado em ambos os filósofos aqui contrapostos, ainda que Nietzsche não aceite ser considerado um filósofo. Se me é possível neste momento definir o objetivo deste trabalho, seria com estas palavras: ”baseado na filosofia nietzschiana, buscar a medida adequada da destinação do

homem enquanto ser moral”. “O fim último não é outro senão a inteira destinação do homem, e a filosofia a respeito dessa última chama-se Moral”. (GIACCOIA, 2012, P. 276).

CAPÍTULO 2

LEGISLAÇÃO UNIVERSAL DA RAZÃO PRÁTICA

Giaccoia diz que a aproximação/confrontação entre os escritos de Nietzsche e Kant têm “o propósito de refletir sobre a pertença à tradição filosófica idealista dessa figura comum do filósofo como legislador e autêntico representante de uma soberania alcançada ao longo de um penoso esforço de autorreflexão e autossuperação”.

(GIACOIA, 2012, P. 277)..

Entendo, então, que a crítica à moralidade empreendida por Nietzsche é justamente esta busca filosófica da autorreflexão e autossuperação. E Kant tem que ser criticado, pois, segundo Nietzsche, Kant já poderia, em seu tempo, ter empreendido a façanha de se desvencilhar da velha metafísica e ter abandonado o dogmatismo em favor desta autossuperação.

De todo modo, Kant e Nietzsche dialogam no limiar histórico, político e filosófico inaugurado pelo Esclarecimento, e os pensamentos de ambos representam tentativas heroicas de emancipar a humanidade da superstição e da ignorância, um projeto radical de autodeterminação.

(GIACOIA, 2012, P. 27).

Neste sentido, com vistas na contraposição de ambos, Giaccoia, em seu comentário, afirma que Kant abre para nós um horizonte para a formulação de projetos éticos e políticos que convergem para a elaboração dos direitos humanos. Enquanto Nietzsche mantém, com a radicalidade de sua suspeita, uma atualidade inegável, na medida em que denuncia que mesmo sob o domínio da razão pura e de todo modo de coerção dos instintos naturais, sempre subsistiu e vai subsistir no homem, ainda que de maneira reprimida, tirânicas pretensões de poder e dominação.

Embora a crítica de Nietzsche à filosofia de Kant não se limite ao campo da razão prática, teremos esta como pano de fundo, ou seja, as formas de vida e os modos de agir a

partir dos valores, normas, leis, princípios e regras. Estes temas serão nossos norteadores nesse debate.

É importante ter em mente a diferenciação entre a lógica do conhecimento científico e a lógica da ação (Razão Prática e Razão Teórica). Textos estudados na filosofia kantiana, mais notadamente na Ética e na Teoria do conhecimento, pois a crítica de Nietzsche à filosofia moderna não se limita somente à Ética. O que faz com que muitas das refutações empreendidas a Kant, confundam-se. Pois ora o ataque é na esfera da Eticidade ora na esfera do Conhecimento científico. E isso, confesso, é um complicador. O que torna ainda mais difícil não se observar alguma inconsistência de minha parte ao tentar apontar essas questões neste trabalho.

Mas tendo em foco que o que está em questão, que é a discussão acerca da Moral/Eticidade, faz-se necessário também que eu me atenha à lógica da ação. Ou seja, à razão prática (praxes) e não ao conhecimento científico.

Para Kant, a “Vontade”, é uma faculdade de desejar. Sendo considerado também o arbítrio, que é determinado unicamente pela representação de regras de ações, normas de conduta que lhe são prescritas pela própria prática, ações orientadas por normas e valores.

Assim, o arbítrio humano em Kant pode ser considerado tendo em vista o seu objeto, um bem ou valor que pretende alcançar. Podendo ser um desejo, uma propensão, um apetite, uma paixão, uma inclinação ligada às coisas materiais ou imateriais e, portanto, ligadas aos impulsos sensíveis (sensibilidade), à natureza especial de seu modo de ser. E, portanto, atrelada ao âmbito da experiência (domínio da realidade empírica). Sendo então contingente e, assim, não servindo de parâmetro para uma lei geral. Mas, para Kant, a legalidade da lei está na universalidade e necessidade, ou seja, sua propriedade de valer sem exceção para todos os casos ou instâncias a que se aplica. Esta necessidade e universalidade configura-se como propriedade lógica das leis. Sendo que o imperativo categórico funciona como lei da razão prática. Está em questão aqui a noção de causalidade e liberdade (espontaneidade do arbítrio dada pela razão prática), defendida por Kant e que é refutada por Nietzsche. Kant defende que as ações livres são aquelas que derivam de uma regra, norma ou princípio, que o arbítrio de determinado ser humano recebe da razão e acolhe em si como a lei que totaliza e dá forma a seu querer e agir.

(GIACOIA, 2012, P. 50 e 51).

Introduz-se, assim aspecto importante da filosofia kantiana, pois ela, em grande medida, gira em torno da razão e seus imperativos categóricos. Dentre várias interpretações, pode-se resumir, do ponto de vista moral, à seguinte enunciação: “age apenas de acordo com aquela máxima, por meio da qual tu ao mesmo tempo possas querer que ela se torne uma lei universal da natureza” (GIACCOIA, 2012, P. 56). Sendo, então, uma lei universal, é prescrita categoricamente de forma imperativa para todo ser racional, independentemente de toda a matéria e finalidade da ação. Diferentemente ocorre para Deus ou uma razão santa, para os quais a regra ou norma de conduta são idênticas à forma da lei, e seu agir ou pensar não pode ser de outro modo que não este. Já para o homem, para o ser racional limitado pela finitude, marcada pela sensibilidade, a lei moral da razão prática funciona como princípio de determinação do arbítrio com vistas à ação. Nisso, encontra-se uma resistência pelos impulsos, desejos, inclinações, propensões e interesses egoístas. Assim, o homem está sempre nesse dilema: entre o atendimento das determinações do imperativo categórico, ou ceder às paixões, desejos e inclinações de interesse egoísta. Aí se constitui o drama existencial humano. De um lado, acolhe como princípio de sua determinação a forma universal da lei que é ditada pela razão pura (sem materialidade ou finalidade) ou cede às máximas extraídas das motivações sensíveis e egoístas. Paradoxalmente, é deste contexto conflituoso que Kant retira a noção de liberdade que o distancia da filosofia de Nietzsche. Aqui se encontra em Kant a capacidade de ação livre de cada indivíduo, pois, dada a sua correta utilização da razão, ele pode escolher entre a ação favorável à coletividade e seguir os preceitos para a vida em sociedade, ou pode optar em afastar o uso da razão e pensar em suas necessidades imediatistas, contrariando a lei social, a lei que é válida como universalidade. Este é o ponto do debate em que Nietzsche vem com toda força como opositor da filosofia kantiana, pois entra em questão a responsabilização. Pelo ponto de vista da filosofia nos moldes kantianos, o agente é livre, do ponto de vista da determinação de seu arbítrio, sendo o sujeito responsável por suas ações e pela norma a que estas obedecem ou desobedecem. Em Kant, podemos adiantar, existe ainda a vontade boa e a vontade má que são inerentes ao comportamento humano. Existe ainda a vontade santa ou Deus. Existe, porque assim se fez necessário para legitimar sua filosofia, diz-nos Nietzsche, em frontal ataque a Kant. Assim sendo, a vontade santa não sofre este martírio, pois a lei moral de pleno direito é razão necessária e suficiente

para a determinação da vontade. Já no homem, existirá sempre a competição entre a razão prática e a razão teórica. Esta última aqui entendida como vontade – faculdade de desejar.

Assim exposto, parece-nos que com o imperativo categórico como máxima, o homem não tende à felicidade. Felicidade entendida como a obtenção do máximo de bem estar e mínimo sofrimento, pois, nesta perspectiva, a felicidade seria mais facilmente alcançada no comportamento semelhante ao dos animais irracionais, nos quais impera a ação de forma natural e instintiva. Com vistas apenas na satisfação e realização de suas necessidades básicas, buscando o prazer e se afastando do desprazer. Sua auto conservação e atendimento da chamada faculdade apetitiva. Fica evidente então que a razão pura não tem como finalidade a felicidade tal como concebida, mas sim uma finalidade moral. E neste concurso, entre a razão e a sensibilidade, Kant nos apresenta a virtude. A virtude, um dos atributos do homem que tem predisposição para a vida em sociedade sendo, portanto, a virtude, uma forma de reconhecimento por parte da sociedade, que vê como valor o seu rejeitar aos instintos e interesses egoístas em detrimento do acolhimento da lei universal do imperativo categórico. Assim, tornando-se um homem digno de felicidade, pois atende às exigências da vida em coletividade, dado que sua vontade é considerada boa. Este é o homem virtuoso, pois molda sua vontade em favor do respeito à lei. Ao homem que possui a razão limitada pela sensibilidade, a lei moral é razão necessária, mas não suficiente para a determinação do arbítrio com vistas na ação. A vontade humana, além de representar a universalidade da lei, tem também uma finalidade objetiva determinando sua ação e, para ser considerada uma vontade boa, tem de fazer uso da razão em função desta finalidade objetiva que a determina. Não basta que o homem saiba acatar seus deveres mediante a universalidade da lei. Dado que sua racionalidade prática tem seu limite na sensibilidade, o homem também tem de se perguntar, como uma exigência própria de sua natureza, racional, **Em vista de que finalidade**, ou com que propósito se deve agir sempre em favor do dever? Não basta apenas cumprir o dever, deve-se perguntar pelo motivo do cumprimento do dever. (GIACOIA, 2012, P. 56 a 60).

De acordo com Kant, a responsabilização da ação do homem, dá-se somente sobre o ato em si. Em relação ao próprio ato praticado. Ou seja, nada além do ato pode ser considerado moralmente mau, isto é, imputável. Isso porque o homem mesmo conhecendo

seus deveres morais, a lei do dever ser e agir, ele tende naturalmente a recusar estes preceitos na vida prática, entregando-se ao egoísmo, deixando a sensibilidade determinar seu arbítrio.

Tomando por referência a subjetividade humana, temos que a espécie sofre daquilo que Kant nomeia de mal radical, isto é, a propensão para o descumprimento do dever em detrimento da sensibilidade em geral. É neste sentido que Kant entende que a propensão ainda não é o ato. Ela é um mal, existente na espécie humana, mas que este, pelo livre arbítrio, pode fazer sua escolha e não ceder a esta propensão. Por isso somente ao ato em si se pode imputar a responsabilização. Faz-se aqui uma alusão à passagem bíblica onde, em Gêneses, o homem vivia livremente e feliz no paraíso, até o momento em que praticou o ato, pecou, houve a queda, tornou-se culpado e, pela culpa original, toda a humanidade herdara essa propensão.

A natureza humana é corrompida pelo mal radical que está em sua raiz, constituindo seu caráter inteligível, fundamentando o princípio formal do arbítrio. Não é possível que o homem afaste de si esta propensão, mas, pelo livre arbítrio, pode-se dominá-lo. O domínio das propensões para o mal, para o não cumprimento da lei moral, é considerado um sentimento, chamado “respeito pela lei”, e, segundo Giacoia, este é o único sentimento/princípio capaz de fazer frente às motivações sensíveis. De outro modo, tudo que é sentimento ligado à sensibilidade é considerado patológico. São representações do objeto do querer, sendo sentimentos passivos. Ao contrário, o respeito pela lei é ativo, portanto, não patológico, pois surge na sensibilidade humana baseado e fundamentado, num ato espontâneo, pela representação da lei. E Kant entende que este respeito, esta submissão, é livre, desprovida de coerção, constituindo um sentimento prático, puramente racional. Ou seja, a lei moral não coage, apenas sugere. E o arbítrio (Razão prática), pelo uso da liberdade que lhe é dada, escolhe ou define sua maneira de agir em vistas de um fim que lhe seja necessário e útil que, neste caso, são as virtudes morais.

Respeito à lei é a mesma coisa que respeito por nossa natureza e nossa determinação suprassensível. Qualquer outra inclinação para seguir a lei, desde que voltada imediatamente para o gozo da vida (prazer) e interessada pela legalidade simplesmente com esse propósito, não pode ser confundida com esse respeito, ainda que se deixe ligar a ele.

(GIACOIA, 2012, P. 76).

Em defesa da moralidade, Kant afirma que a lei moral tem que preceder qualquer sentimento de prazer, para que seja considerada uma ordenação ética. O contrário disso é ordenação natural e, portanto, patológico. Assim, a felicidade humana não deve ser perseguida como um eudemonismo (princípio de felicidade posto como fundamento), mas deve ser buscada como eleuteronomia, que é o princípio da liberdade da legislação interna. E, portanto, não haveria nenhuma moral.

(GIACOIA, 2012, P. 77).

A vontade boa é, pois, aquela que respeita esta e somente esta hierarquia. Tudo que foi exposto até aqui elucidava aspectos relevantes da filosofia de Kant, a qual carrega muita bagagem da história da ética ocidental, dos gregos até os dias de hoje. Todo esse arcabouço constitui o que a tradição denomina de consciência moral, entendida por Kant como plano de interioridade de um sentimento de tipo especial, que se manifesta como aprovação ou reprovação, sendo necessária, como resultado de nossas intenções e ações.

Trata-se de um saber íntimo da licitude ou ilicitude de nossas intenções e ações, de nossas máximas e das ações que delas decorrem. Trata-se de uma consciência atuando como infalível instância de julgamento, que nos censura ou nos louva, nos condena ou absolve.

(GIACOIA, 2012, P. 85).

CAPÍTULO 3

LEGISLAÇÃO FILOSÓFICA DE SI PRÓPRIO

Tendo apresentado, como dito anteriormente, um pouco da filosofia kantiana, retomo de onde havia parado no desenrolar da minha dissertação. Retomo, pois, que Nietzsche tem claramente como seu principal alvo de ataque a escola filosófica moderna. Kant é o representante desta escola filosófica. O qual reconhece que o conhecimento humano é limitado e restrito ao campo empírico, admitindo que a coisa em si só pode ser pensada e nunca alcançada, mas engenhosamente, segundo Nietzsche, Kant lança mão de validar a existência de Deus, seguindo a filosofia clássica, cunhada no bem em si, no fim último, mantendo, assim, um vínculo com a velha metafísica tradicional da antiguidade, respaldando-se num mundo suprassensível, o qual a modernidade já não concebe mais.

Retomo, ainda, que, pela constatação contextual de Nietzsche, a humanidade se laicizou de tal forma que já “matou Deus” em suas práticas. Porém, com a filosofia vigente, com a filosofia kantiana e sua moralidade, a humanidade agora louva os valores divinos de forma mascarada. A fé foi posta à disposição das ciências modernas e as tomaram como verdades absolutas, de tal forma que se tornaram os balizadores de todas as atividades e práticas do homem. Desconsiderando tudo que é natural (natureza), instintivo e mutável. A Alemanha, a Europa e toda a humanidade continuam crentes, afirma Nietzsche. Crentes, no sentido de que, indiretamente, têm um Deus transcendente embutido em sua filosofia e que dita os valores morais, culturais e políticos. É como se toda a humanidade praticasse uma única “religião”. Neste sentido, a modernidade não atingiu o verdadeiro niilismo, são apenas céticos e transformaram a fé em Razão. Colocando a ciência em um patamar de religiosidade, tendo como princípio o progresso do homem e o bem comum, universalizando valores e princípios, padronizando condutas e ações e assim, inibe a pulsão de vida que deveria ser o termômetro da vida terrena. Contudo, Nietzsche vai levar a “Morte de Deus” às últimas consequências. O que implica dizer que com a morte de Deus ocorre a transvaloração de todos os valores, aquele mundo ideal, o mundo verdadeiro pensado e postulado por Platão e toda tradição, e que, segundo Nietzsche, perdura no cristianismo e são reforçados no ideário da Revolução Francesa. Este mundo não mais existe e não é mais possível, pois não mais existe um Deus que o sustente.

Levada às últimas consequências a Morte de Deus, resta-nos então dar voz e vez à filosofia de Nietzsche, que afirma que religião, moral e filosofia nunca mais serão vistas como representações falsas, por oposição a uma ciência que as desmascarariam, haja vista que somente através da figura de um Deus podem se sustentar as filosofias elaboradas em função de verdades, imperativos e razão. Não mais existirá a verdade absoluta, não mais será possível o juízo verdadeiro de todas as coisas. Nada mais pode ou será como foi até a constatação da Morte de Deus pela humanidade. É preciso ir para além do bem e mal. Religião, moral e filosofia não têm mais como essência serem verdade ou mentira, mas correspondem à necessidade de um tipo de vida. Uma vida afirmativa, que tenha sua justificação no próprio mundo. Uma vida onde o “Ser” é em função do vir a ser. Um eterno retorno do mesmo. Uma vida aberta a valorações advindas da experimentação e da abordagem de novas perspectivas em relação ao mundo real. Sendo esta a principal característica do estilo de filosofar de Nietzsche, conforme indicado por Scarlett Marton.

Perspectivismo e experimentalismo estão de certa forma, relacionados. Cabe ressaltar o caráter fundamentalmente experimental do pensamento nietzschiano. Os aforismos, tentativas renovadas de refletir sobre algumas questões, possibilitam experimentos com o pensar.

(MARTON, 2006, P. 40).

Em seus textos, Nietzsche convida à experimentação e deixa a entender que o próprio ser humano não passa de experimentação e que não devemos nos furtar de fazer experiências com nós mesmos. Assim se afirma que não mais haverá verdades absolutas, pois, o campo possível de novas perspectivas se torna vasto, possibilitando pontos de vistas diversos para um mesmo problema a ser refletido. Com este movimento, Nietzsche pretende combater o dogmatismo que vigora como balizador do pensar filosófico. A “razão” tal como concebida pela modernidade, carrega em si toda carga conceitual originária do ideário de mundo perfeito e que, segundo Nietzsche, foram apropriados e modificados pelo Cristianismo. Tendo por pano de fundo o Deus criador, que tudo sabe e a tudo governa, ditando valores. Valores os quais deveriam convergir para a busca constante pelo mundo ideal, o mundo da justiça da

igualdade e da fraternidade, idealizado pela Revolução Francesa, a se comparar com o mundo suprassensível postulado por Platão. Mas que nessa versão se apresenta como uma consciência de mundo a partir de uma história, história esta que não foi, segundo Nietzsche, considerada em sua totalidade. Não tendo sido também abordada de forma responsável ou comprometida. O mundo suprassensível não convence mais o homem moderno. É uma filosofia superada. Aí reside a farsa apontada por Nietzsche. Por isso mesmo faz-se necessário gritar para os quatro cantos do mundo que “Deus está morto”. É um grito contra toda moral, toda filosofia, toda carga conceitual que até então vigorava, “bebendo da mesma água”, o platonismo.

O homem louco se lançou para o meio deles e trespassou-os com seu olhar. “Para onde foi Deus”, gritou ele, já lhes direi! Nós o matamos – vocês e eu. Somos todos seus assassínios! Mas como fizemos isso? Como conseguimos beber inteiramente o mar? Quem nos deu a esponja para apagar o horizonte? Que fizemos nós, ao desatar a terra do seu sol? Para onde se move agora? Para onde nos movemos nós? Para longe de todos os sóis? Não caímos continuamente? Para trás, para os lados, para a frente, em todas as direções? Existem ainda “em cima e “embaixo”? não vagamos como que através de um nada infinito? Não sentimos na pele o sopro do vácuo? Não se tornou ele mais frio? Não anoitece eternamente? Não temos que acender lanternas de manhã?” – Nietzsche, *A Gaia Ciência*, §125.

Com esta citação fica evidente que sem um Deus, e o homem o matou, não temos mais sustentação para a vida humana nos moldes da filosofia tradicional. Mas o problema está justamente aí, já que o homem moderno, a partir de Kant, vive sob o julgo da razão. Uma filosofia que, segundo Nietzsche, visa a manutenção das ciências como verdades. Verdades estas que só podem ser legitimadas, sancionadas por um ente transcendente, que é princípio e fim de tudo. Então sem Deus, o mundo se desorientou. Nada mais faz sentido. A existência humana perde o sentido, o mundo agora é necessidade e factualidade. Não há mais finalidade no dever. A modernidade está vivendo uma farsa. Então não é possível fazer ciência. Pois não mais teremos o mundo ideal, que comporta as formas perfeitas e verdadeiras, denominadas por muitos, de “coisa em si” ou o “ser da coisa”.

Deixemos as ciências um pouco de lado, pois o que interessa a ser desenvolvido neste trabalho são os fundamentos morais e suas implicações a partir da “Morte de Deus”. E neste sentido, o que deve chamar a atenção no tocante à filosofia ética de Kant é aquilo que é inerente à razão e seus imperativos que, segundo a leitura de Oswaldo Giacoia Junior, em

Kant, nossas ações e virtudes individuais são em vista da coletividade. Por esta, e em função desta, são avaliadas. Também indicado por Scarlett Marton;

“A cultura e a religião, o direito e a política, a moral e os bons costumes são apenas meios para manter a organização social”. (MARTON, 2006, P.50).

Para atingir seus objetivos, emprega diferentes meios: estimula a respeitar a tradição, encoraja a preservar hábitos, difunde o medo de desobedecer. Eles revelam-se, porém, ineficazes, quando se trata dos que nada temem, dos que dificilmente se deixam subjugar, dos que não acatam as normas do grupo, enfim, dos que preferem agir e pensar por si mesmos. Nesse caso, é preciso proceder com perspicácia, desenvolver certa arte de seduzir e recorrer a meios bem mais sutis. A moral, “mestra máxima da sedução”, sempre constituiu um deles. (MARTON, 2006, P.50).

“Com a moral, o indivíduo vê-se levado a ser função da massa gregária e só se atribui valor enquanto função. A moralidade é tão-somente o instinto gregário no indivíduo” (A gaia ciência §116).

(MARTON, 2006, P.50).

Por outro lado, Giacoia entende que Nietzsche privilegiaria a ética elitista, que prima pela defesa intransigente da individualidade e da singularidade pela qual se torna impossível um pacto político, ético e moral em vistas de uma universalidade que brota da subjetividade. Do eu solipsista que, segundo ele, embasa e sustenta o ilusório livre arbítrio kantiano. Quando na verdade tudo é factual e necessário: “a afirmação da fatalidade de tudo o que foi, é e será, inclusive de mim mesmo como *ego fatum* – transforma-se no contrário da negação, do rancor brotado da amargura e da impotência.” (GIACOIA, 2012, P. 246). Resultando numa travessia

para uma afirmação incondicional da vida. Contrapõe-se, assim, o “Amor fati”. Nem conformismo nem resignação, nem submissão passiva nem amor ao próximo. Nem lei, nem causa nem finalidade: fatum (destino). Amor fati, atividade em vista de realizar o que ainda não é e a aceitação amorosa do que advém. Nestes termos Nietzsche entende que o homem possa encontrar a devida justificação para sua existência, sem necessitar recorrer a um Deus transcendente como fim último. Não existindo justificação transcendental, o homem tem de dar sentido à própria vida. E assim quererá viver esta mesma vida infinitas vezes. Com a mesma intensidade, com as mesmas possibilidades. Tornando então uma vida desejável e digna de ser vivida de tal forma que querer o necessário sem acréscimo nem subtração se torna a condição para o que ele chama de “eterno retorno do mesmo” E querer o retorno sem cessar é a maior afirmação da existência. E assim vive-se cada instante como ele é. Sem postergá-lo nem negligenciá-lo. (MARTON, 2006, P.56 e 57).

De acordo com comentadores, “Amor fati”, “vontade de potência”, “dominação” são termos / conceitos que estruturam a filosofia de Nietzsche. O que fez com que este filósofo fosse erroneamente vinculado a movimentos políticos culturais e até religiosos totalmente avessos à sua ideia. Por isso se considerava “injustiçado e mal interpretado”. Eu, de minha parte, compartilho desta opinião e é com esta visão que busco me lançar neste trabalho.

Com os anos, começaram a surgir as mais diversas leituras do pensamento de Nietzsche. Alguns fizeram dele o defensor do irracionalismo; outros, o fundador de uma nova seita, o guru dos tempos modernos. Houve os que o consideraram um cristão ressentido e os que viram nele o inspirador da psicanálise. Houve ainda os que o tomaram por precursor do nazismo. (MARTON, 2006, P.39).

Sabemos que Nietzsche pesquisou muito para implementar seu pensamento, refletiu e reexaminou detalhadamente seus escritos, o que nos leva a perceber que sua forma de escrever, bem como sua intencionalidade filosófica, foram bem definidas e encontram sua justificação em sua obra, não sendo muito difícil para um bom estudioso deste filósofo, estando bem intencionado, perceber seu verdadeiro foco e motivação. Neste sentido, creio não ser exagerado apontar que o seu foco principal é dogmatismo e a moralidade que dele se originou. De tal forma que tudo que a isto se refere resulta em mencionar o direito, a moral, a religião, a política, a cultura, a arte, as ciências e a filosofia.

CAPÍTULO 4

COMBATE AO DOGMATISMO NA MODERNIDADE

Considerando que o platonismo e seu mundo suprassensível tem sua extensão no cristianismo e que este é a base do ideário revolucionário na França e Inglaterra e que foi neste cenário que se constituiu a filosofia moderna, temos que a “razão”, ou um certo tipo de racionalidade, fruto da filosofia kantiana, é um espelho deste cenário, então os imperativos da razão nada mais são que dogmas religiosos apreendidos e vividos pelos primeiros cristãos que, conforme sua necessidade e utilidade assumiram para si, para se sustentarem e se afirmarem, enquanto uma pequena parcela da humanidade, que fazia frente a seus opositores e opressores no início do cristianismo. Judeus contra Romanos. Está em jogo a relação de dever, que foi imposta como princípio para a vida em sociedade. Que em Kant, a coletividade deve prevalecer sobre a individualidade, e assim se abre o campo das legislações, do controle e das castrações dos instintos naturais dos homens. Tornando-os dóceis e previsíveis, de forma que agora o estado e sua máquina exerçam total domínio de suas ações, controlando e manipulando o seu agir e seu pensar. Resta, porém, que, para Nietzsche, a razão nada mais é que a gravação na memória da humanidade de uma má consciência a qual não considerou a história e seu contexto, nem mesmo o objeto e seus agentes. Consciência esta adquirida pela dor, pelo sofrimento, pela renúncia, pelo sangue. Imposta pelas antigas legislações. Referindo-se aos alemães – Europa no início da civilização - que para não sofrer os castigos impostos: como esquartejamento; fervura em óleo, excisão da carne do peito, esfolamento, etc, o homem consente-se o “não quero” em favor de uma vida segura na sociedade.

A razão é então uma extensão, assim como no cristianismo, desta má consciência da doutrina civilizatória que agora, com o nome de imperativos, passa a dominar a humanidade, indicando o que deve e o que não deve ser feito. Ocorre o domínio dos afetos, das paixões e dos instintos. O homem se torna previsível e domesticado pelas leis sociais, seguido do sentimento de culpa imposto pela Igreja, com a concepção da ideia de pecado.

O que Nietzsche está fazendo é, de forma filosófica, como que de forma secundária, “desvalorar” o valor de todos os valores. Ressalto que aqui se diz “desvalorar”, porque relaciono ao movimento de desvalorização, que também foi realizado pela “moral escrava”, ao comutar os conceitos de “bom” e “ruim” em “bom” e mau / “bem e mal”, o que difere totalmente da proposta principal de Nietzsche que é a transvalorização. Ou seja, não é tornar um

valor desprezível, diminuído, invertido, ao contrário, a transvaloração é a criação de novos valores, a partir de novas perspectivas e experiências. O Deus cristão foi um valor tomado por uma pequena parcela da humanidade, em um determinado momento da vida, conforme suas necessidades e utilidades, e que erroneamente foi introduzido na memória e tentou-se por esta torná-lo valor para toda a humanidade. O objetivo é mostrar e justificar que não há verdades que devem ser tomadas como absolutas. Assim sendo, configuram-se dogmas. O que determina o grau de valor de um determinado valor é a sua necessidade e utilização. Assim, para aquele que já é forte e bem nascido não interessa um valor que o faça submisso e serviçal, pois, para sobreviver, sua condição abastada já lhe garante sobrevivência, permitindo-lhe agir naturalmente, de forma que pode utilizar toda sua potencialidade, confirmando sua força e sua necessidade e então se afirmar como forte. Suas necessidades são outras, diferindo das necessidades do fraco que precisa, antes de tudo, sobreviver.

Considerando que, contextualmente, Nietzsche se dirige ao povo alemão, fazendo um diagnóstico de sua época, propõe também uma análise filosófica para sua atualidade. Nesta análise filosófica não cabe mais um Deus Criador, um Deus legislador, um Deus salvador. Não cabe mais um mundo suprassensível. Tudo se resume à vida mundana, em que o homem e a natureza são uma coisa só.

Ao dizer que religião, moral e filosofia não têm mais como essência serem verdade ou mentira, mas que correspondem à necessidade de um tipo de vida, Nietzsche quer mostrar que o cristianismo enquanto religião, enquanto cultura, não seria objeto de ataque. Mas o seria em face do seu domínio ao longo da história e por ter assumido status de doutrina civilizatória, por trazer, em sua essência, a filosofia de Platão, com perspectivas em vistas do mundo suprassensível, um mundo ideal, carregando em si o mais alto grau degenerativo de negação da vida, de apequenamento do homem. Tornou-se um dogma, sendo o que ele denominou de “o grande erro da história”.

Temos então, que o Deus refutado é um Deus com atributos humanos, que desemboca na negação do próprio homem, na sua alienação (um não reconhecimento de si e do mundo). Um “Deus” que se coloca no mundo, utilizando-se da linguagem, símbolos e signos, ditando valores sociais e civilizatórios para negar o que o mundo real tem de mais natural: a luta incessante entre dominador e o dominado, a luta entre o “senhor e o escravo”, “A constante tensão entre forças finitas que se opõem num tempo infinito”. A luta da vida sobre a morte. A vontade de potência que é inerente a todo ser vivo. E não como algumas interpretações equivocadas que viram na “Vontade de Potência” uma significação de “desenfreamento

bestial”, “frenesi criminoso” e “assim erroneamente ligaram Nietzsche à Hitler e conseqüentemente ao nazismo”, como diz Scarlet Marton. A vontade de potência quando bem entendida, apresenta-se nos seguintes termos:

“Querendo prevalecer na relação com os demais, o forte desafia todos os seus pares. Mas não identifica a precedência com supremacia, nem confunde o combate com extermínio” (MARTON, 2006, P.51).

Ao contrário, é uma luta constante pelo poder, pela dominação. E o resultado disso é uma guerra entre opositos que lutam para subjugar e dominar de tal forma que a tensão, sendo constante, ora um ora outro assumam a supremacia sobre o outro.

CAPÍTULO 5

PÚBLICO ALVO DE NIETZSCHE

O interlocutor de Nietzsche é então o ateu. Aquele que a igreja repugna por não professar a fé no Deus uno e trino (Deus Pai - Criador - Deus Espírito Santo - Santificador e Deus Filho - redentor / salvador), que, segundo a doutrina cristã, constitui-se no mistério da Santíssima Trindade. Um só Deus em três pessoas. Porém, Nietzsche tem o ateu como seu público alvo, porque considera que mesmo não professando a fé no Deus cristão e portanto rejeitados pela Igreja, “instituição religiosa”, estes continuam crentes no Deus transcendente, embutido na política, na estética, na arte cultura, na educação e nas ciências que regem o mundo. E que, portanto, são repugnados sim pela Igreja, mas não pelo “veneno” que ela produz. (os conceitos morais vigentes). É aos europeus, em meio aos levantes da Revolução Francesa, que Nietzsche se dirige, pois, se a dimensão da Morte de Deus, não foi apreendida por estes, (niilistas / ateus), é porque eles não se deram conta de que, com a Morte de Deus, todos os valores e ideais de sua civilização perderam sua sustentação. Nietzsche está refutando o platonismo que perdura no cristianismo de uma forma modificada, através da criação de uma valoração moral, implantada a partir da inversão ou comutação dos conceitos “bom”; “mau” e “ruim”, que convergem para um Deus transcendente, um além, um paraíso. Um lugar da igualdade, da justiça e da fraternidade. Consciência de coletividade que busca o “bem em si”. E que se apresenta como o pilar da ideologia democrática que se instaurou na Europa.

Nietzsche acusa os modernos de não buscarem na história da humanidade, as reais origens e fundamentações dos conceitos “bom”, “mau” e “ruim” e da formação das consciências passadas. Chama os filósofos modernos de genealogistas da moral, por justamente não terem nenhum instinto histórico e nenhum conhecimento do passado. Afirma que nem se quer se dispuseram a conhecê-lo e considerá-lo, não percebendo que o problema da má consciência ou sentimento de culpa, teve origem no conceito material de “dívida” entre o devedor e seu credor. Onde o último tinha o direito de aplicar castigos e sofrimentos, em reparação ao não pagamento da dívida. Sendo uma reparação da dívida, não estando em momento algum relacionado com a liberdade ou não liberdade da vontade. Sendo que os modernos atribuem a este último critério, ou seja, ao mau uso da liberdade, as condições de

possibilidade do sentimento de justiça no mundo. Entenda-se mau uso da liberdade, a prática humana de ceder aos desejos e paixões, o não uso da razão.

Partindo dos conceitos de livre arbítrio, vontade boa e vontade má (Agostinho), chegando à razão pura a priori e seu imperativo categórico (Kant) e assim, com a noção de culpa / pecado chegam ao direito de punição para reparar o suposto mau uso da liberdade que se assume na vida em sociedade, visando o bem da coletividade. Quando, na sua origem histórica, o credor teria o direito sobre o devedor, impondo-lhe uma forma, ainda que pela dor, de pagar por sua dívida. Findado o processo de pagamento, o devedor estaria livre novamente, pois teria ocorrido uma equidade, um equilíbrio ou equivalência entre o dano e a dívida, entre o devedor e o credor, individualmente. Assim, deixa a entender que qualquer dano / dívida, poderia ser quitado. Um exemplo clássico é a surra dada por um pai. Não pela reparação, mas para descarregar sua raiva e quitar o dano causado pelo filho que cometeu determinado delito ou desobediência. E não como concebido pela modernidade, onde o criminoso recebe o castigo, porque poderia agir de outro modo que não aquele, visando recuperá-lo para não voltar a errar ou continuar em dívida com a sociedade / coletividade.

Mesmo que estes europeus, seus interlocutores, sejam repugnados pela Igreja com o seu suposto ateísmo, continuam “bebendo do mesmo veneno”, que é a valoração moral implantada pelo cristianismo e que na modernidade volta a ganhar força numa filosofia que tem em Kant seu principal representante e, portanto, o filósofo a ser combatido.

Estabelecido o público alvo de Nietzsche, não perdendo de vista o que e quem está sendo combatido, tentarei ainda neste trabalho apontar quais são os principais argumentos e conceitos que sustentam a filosofia nietzschiana e que corroboram para uma análise da temática acerca da questão moral, notadamente sobre uma perspectiva contemporânea das implicações da “Morte de Deus”, seja para o filósofo que analisa, seja para nós, seus leitores póstumos.

O primeiro conceito a ser elucidado, é a figura do niilismo.

O niilismo é apresentado como uma necessidade na filosofia de Nietzsche. Por isso, seu público alvo é o ateu. Mas veremos a seguir que este mesmo ateu, que ainda vive sob o suposto veneno da Igreja, não vive o verdadeiro niilismo (ceticismo) pretendido por

Nietzsche. Sendo este o estágio necessário para que se torne propício o advento da filosofia nietzschiana.

Para melhor compreensão da argumentação apresentada por Nietzsche, em seus textos, inicialmente passaremos à análise daquilo que ele chama de terceira figura do niilismo, através da qual, segundo ele, encontram-se as possibilidades reais para que a humanidade possa reescrever sua história de forma a substituir os valores até então vigentes. “A transvaloração dos valores”.

Para fazer uma crítica da moral, antes é necessário o afastamento de toda moral, é o que ele afirma. É necessário que se saia para fora da moral estabelecida, assim como o “andarilho que deixa a cidade e vai para o alto da montanha”, “situando-se para além do bem e do mal”. “Situando-se para além da “vontade de verdade”” e reconhecendo que a mentira é uma condição vital. Para Nietzsche, o verdadeiro problema da moral só surge para quem se afasta, tirando de seu horizonte o dogmatismo e o historicismo - essas duas formas ainda platônicas de filosofia.

Para Nietzsche, a forma suprema do niilismo é aquela que permite a negação do Deus transcendente, correlacionada à morte de Deus, com a Transvaloração de todos os valores. Toda a história da humanidade desde Platão, passando pelos medievais e chegando à modernidade, faz com que o Deus Cristão seja apenas mais um capítulo da história do erro. Erro este, postulado por Platão no ideário do verdadeiro mundo. Erro na história dos sentimentos morais, erro na responsabilidade, que se baseia no erro do livre arbítrio.

A morte de Deus é um estágio da morte do platonismo e de todas as suas ramificações. É com este prisma que se deve procurar a origem e motivação para a “Transvaloração de todos os valores” proposta por Nietzsche.

Os valores supremos que consagravam a vida do homem no início da civilização foram criados enquanto valores sociais, para o fortalecimento do homem. Mas sendo valores sociais, civilizatórios, em vistas de sua autoconservação, foram erroneamente tomados como mandamentos de Deus, o Deus transcendente do Judaísmo / cristianismo. Desta forma, com o advento do niilismo (ceticismo), (niilismo aqui, entendido ainda em sua forma primária, ou secundária, comparando-se com o grau de evolução entre o ateísmo religioso e o ceticismo científico). O universo perde sua estrutura organizada, a vida humana se vê sem sentido. É devido ao erro de transformação de valores sociais em mandamentos divinos que esse “Deus” é sacrificado. Arrisco dizer que o Cristianismo limitou as condições para que o homem

continuasse a conviver com a possibilidade da “existência” de um “Deus”. Justificando meu posicionamento, e embasado no que Nietzsche está nos apresentando, é possível extrair que o cristianismo é apenas mais uma seita religiosa / movimento teológico-filosófico, criada pelo homem, com interesses particulares de uma sociedade específica, em um tempo histórico delimitado. Porém, sua elaboração foi tão bem articulada que ganhou proporção de religião que se disseminou mundo a fora. Pois, naquele período histórico, a metafísica era dominante no pensamento filosófico e neste sentido o Cristianismo se apropriou da filosofia clássica para reivindicar os anseios daquela parcela da sociedade, que era considerada inferior. Ao afirmar que uma “entidade transcendente”, que coabitava o mundo suprasensível, que se encarna e vem ao mundo para salvar o homem de sua falta / pecado, a religião ganha status de universalidade e deixa de ser uma moral particular de um povo e passa a ser considerada a “moral” das morais. Isso nos leva a crer, que tudo que foi exposto por Nietzsche acerca da crítica do valor dos valores, como sendo um erro, se assim o for e assim consideramos, concluiremos que toda a história humana a mais de dois milênios não passa de uma farsa forjada para atender interesses de uma particularidade, que ao final foi tomado como universal. E tendo vivido tão longo período no erro, teríamos que, se ainda assim, o Deus transcendente coexistir neste ou noutro mundo, a humanidade se tornará muito mais exigente para continuar a conceber a ideia de Deus nos moldes que até hoje foram apresentados. Haja vista que pela fé que até agora professara, tudo estaria desmoronado. Por isso pode se afirmar que, se assim for, que se a filosofia de Nietzsche se sustentar, ainda que o Cristianismo se configure uma farsa, criada pelo homem, a humanidade não mais teria a predisposição para as coisas divinas. Dado o tamanho do estrago que o engano em tal crença terá acarretado para a humanidade.

Com um novo ponto de vista podemos analisar a crítica de Nietzsche ao valor dos valores, como sendo uma forma de seu filosofar, como nos demonstra (MARTON, 2006, P.40). O perspectivismo e experimentalismo aí explicitados, indicam que Nietzsche está fazendo uma limpeza de terreno, de forma a nos proporcionar as condições de possibilidades para que se ocorra a “transvaloração”. Ou seja, a criação de novos valores a partir de novas perspectivas e pontos de vista. Neste sentido nos incitaria à prática da experimentação e abordagem de diversas perspectivas filosóficas, em que uma superaria a outra com uma maior naturalidade sem que nenhuma delas deixasse de ter o seu devido valor e sua necessidade.

Assim como todo encadeamento de opostos que precisam duelar em um determinado campo de forças. O que nos sugere que nem mesmo a sua proposta deve ser encarada como uma verdade absoluta. Lembremos que não é Nietzsche quem está matando Deus. Ele apenas a constata e anuncia. E assim considerada, ela é apenas a abertura para variadas possibilidades. De forma que a humanidade possa reescrever sua história e redefinir seus horizontes. Assim, faz parte de sua filosofia, esta experimentação filosófica.

Quanto ao combate ao cristianismo, considerando que é dirigido especificamente ao Deus com atributos humanos, que dita valores morais para o mundo. O combate é ao cristianismo enquanto criação do homem, enquanto dogma. A possibilidade de se ter um Deus transcendente, criador e que rege o universo não é de todo descartada na filosofia de Nietzsche, pois, ao que parece, trata-se de uma experimentação, de perspectivismo diferente que ele adotou para fazer filosofia, o que se constata quando ele mesmo afirma que não há verdade absoluta.

Mas, de tempos em tempos, conceda-me – supondo que haja um benfeitor divino além do bem e do mal – um lampejo, conceda-me apenas um lampejo de algo perfeito, finalmente bem sucedido, feliz, poderoso, triunfante, que ainda deixe algo a ser temido!(...) É bem aqui onde jaz o destino da Europa – ao perder nosso medo do homem, também perderemos nosso amor por ele, nossa esperança nele e mesmo nossa vontade de ser homens. (HATAB, 2010, P. 64).

Assim, Lawrence J. Hatab nos aponta que o impulso de Nietzsche em se mover para além do bem e do mal não é um pedido para superar a moral, mas somente certo tipo de moral: o binário bem – mal na moral escrava e seu deslocamento da distinção bom – mau na moral do mestre.

O que nos leva a interpretar que nem mesmo “A Morte de Deus” deve ser assumida como verdade absoluta a partir da modernidade. Mas o fato é que o Cristianismo, na tentativa de humanizar esse “Deus”, tornou essa possibilidade “Divina” limitada e com uma data de

validade. Pois, tudo que é inerente à criação do homem, seja na política, na arte ou na cultura, um dia se torna ultrapassada, sendo superada. E assim a antiga cai em desuso e morre. Segundo Nietzsche, foi esse o grande erro da história. Com a negação da vida mundana e com a postulação do mundo verdadeiro, o platonismo e o cristianismo sacrificaram antecipadamente todo crédito possível em um “Deus”, em uma moral que dele resulte. Por isso, para passar a história a limpo, não basta substituir um Deus por outros, é necessário apagar tudo que até então foi posto como verdade. Sendo assim, nem mesmo “Deus” escapará desta empreitada filosófica inovadora pretendida por Nietzsche. É necessária a sua morte para que se livre de toda moral, de toda verdade, para que o homem ultrapasse todos os limites, permitindo se inserir novamente no universo, na natureza assumindo agora um perspectivismo cosmológico, em que o homem faz parte do mundo. E se a possibilidade da existência de Deus permanece, que este Deus seja parte do mundo e esteja no mundo. O homem faz parte do todo e pode agora atuar na vida de forma afirmativa. De forma a aceitar sua natureza sem postergar suas necessidades e potencialidades, desvencilhando-se da vã ilusão de um mundo futuro, o qual só foi postulado por Platão, já que ele, em seu tempo, não teve a devida compreensão do universo, tal como se tem na modernidade. É esse o grande erro a ser combatido no cristianismo e por consequência, só com o verdadeiro “Niilismo” se poderá refazer a história humana, permitindo novas possibilidades. Novas perspectivas, novas experimentações. O abandono do dogmatismo.

CAPÍTULO 6

A MORTE DE DEUS

No capítulo 3 do prólogo - Genealogia da Moral - Nietzsche afirma que desde cedo, ainda na infância, viu-se, de uma forma natural e própria, incomodado e levado a se questionar pela origem daquilo que moralmente nos é taxado como bem e mal. Inicia-se aí o seu pessoal desconforto frente à moral dominante no mundo, o cristianismo. Em decorrência dos dois extremos da moral, o mal e bem, viu-se diante de questionamentos que o levaram à seguinte afirmação: Se Deus é o criador de todas as coisas, então, além de criar o bem, é também o pai do mal. Esse foi o primeiro exercício filosófico que, a priori, exigia dele uma resposta anti-kantiana. Foi então que Nietzsche entendeu e assumiu que era necessário separar o preconceito teológico do moral. Não mais buscando a origem do mal por trás do mundo. Mas no próprio mundo. Nietzsche dedicou boa parte de seus estudos e pesquisas para buscar respostas para seus questionamentos. Visitou culturas diferentes, comparou épocas diferentes, povos e hierarquias diferentes e, enfim, concluiu que seu problema maior era o juízo de valor que o homem atribuiu aos conceitos “bom” e “ruim”. E a partir destes todos os desdobramentos que envolvem as questões morais acerca destes juízos: negação da vida, apequenamento do homem, povo de rebanho e ressentimento.

Passemos então para a análise do segundo argumento, que deve ser elucidado para a compreensão e sustentação da filosofia de Nietzsche e que também é um balizador para a elaboração deste trabalho. São os conceitos: “Bom” “Mau” e “Ruim”.

Para embasar seus estudos, Nietzsche faz uma ampla abordagem etimológica e linguística para demonstrar que, no início da civilização, e por consequência com o nascimento da linguagem, eram os nobres, os bem nascidos que, com seu poder e autoridade, davam nomes a todas as coisas, impondo símbolos e imprimindo significados, mas, principalmente, o juízo “bom”, para estes, referenciava-se a tudo que lhes era considerado como efetivo, como aquilo que estava além de qualquer questionamento, sendo considerado o valor mais elevado no sentido de promoção, utilidade e influência fecunda para o homem. O contrário disso seria o ruim, o regressivo, o veneno e, portanto, algo que deveria ser eliminado para não enfraquecer. “Tensão entre forças”. Foram os bons mesmos, isto é, os nobres, poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos, como “bons”. Ou seja, de primeira ordem, em oposição a tudo que era baixo, vulgar e

plebeu. E nessa condição podiam criar valores e dar nomes para as coisas conforme sua utilidade. Foram os nobres, os Senhores, que deram origem ao que chamamos de linguagem. Onde o Senhor definia que isto é isto, e marcava cada coisa no mundo com um som e assim, apropriava-se desta coisa. Cabe ressaltar que na leitura de (MARTON, 2006, P. 50), o sentido de nobreza de forte e senhor toma outra conotação. Talvez a mais adequada, para que não se tome interpretações equivocadas quanto à filosofia de Nietzsche, como as que aqui já mencionamos.

Que Nietzsche tome a defesa do aristocratismos contra o ideal gregário, fica evidente a quem percorre os seus escritos. Contudo, a aristocracia de que fala não é somente fruto de elaboração teórica; em diferentes épocas históricas, se supões encontra-la. O homem nobre a que se refere não se reduz a mero conceito; em contextos muito precisos, acreditam deparar com ele. Julga que existiu nos séculos XVII e XVIII com a nobreza francesa, no Renascimento com a comunidade aristocrática de Veneza e sobretudo na Antiga Grécia com a aristocracia guerreira. Então conceber a existência como um duelo leal era condição inerente ao forte. Não se podia guerrear quando se desprezava e não havia por que fazê-lo quando se dominava. Para que houvesse o confronto, era preciso que existissem antagonistas; para que perdurasse, era necessário que os beligerantes não fossem aniquilados.

(MARTON, 2006, P. 50).

O confronto saudável e permanente se dá no antagonismo do apolíneo com o dionisíaco.

Como dito, Nietzsche viajou por diversas culturas, pesquisou diversas línguas e concluiu, etimologicamente, que em todas as línguas pesquisadas o conceito nobre e aristocrático se referenciam ao conceito “bom” do ponto de vista social nobre, a partir do qual, necessariamente, desenvolveu-se o conceito “bom”. Este conceito, entendido nestes termos / significação, teria perdurado, segundo Nietzsche, até a guerra dos trinta anos, quando aquele outro conceito que lhe é concorrente, que não ainda tinha uma forma depreciativa,

mas apenas corria como uma oposição este “ser’ do nobre transmutou-se de plebeu e simples em “ruim’.

O exemplo mais eloquente deste último é o próprio termo alemão *schlecht* [ruim], o qual é idêntico a *schlicht* [simples] – confira-se *schlechweg*, *schlechterdings* [ambos “simplesmente”] - e originalmente designava o homem simples, comum, ainda sem olhar depreciativo, apenas em oposição ao nobre. Mais ou menos ao tempo da guerra dos Trinta Anos, ou seja, bastante tarde, este sentido modificou-se no sentido atual. (NIETZSCHE, Tradução de Paulo César de Souza, 2009, P. 18).

Não cabendo aqui fazer maiores comentários a este exemplo, pois entendi sua menção, apenas para um referencial temporal, não é claro sem distanciar as motivações de disputa de poder envolvendo as questões religiosas que estão no centro deste debate, bem como o encadeamento que se sucedeu em toda a Europa após o período sóbrio desta guerra que durou de 1618 a 1648.

Mais adiante, acredito que ficará mais claro o que aqui está sendo exposto. Por ora, ressalto que Nietzsche está apresentando a oposição entre os conceitos “bom” e “ruim,” inerentes à genealogia da moral, que tem como molde o julgo inibidor do mundo moderno que, a seu ver, exerce o preconceito democrático em relação às questões relacionadas às origens, as quais acredito terem sido claramente explicadas no parágrafo anterior, quando abordei a formação da linguagem. Entendo que o que Nietzsche quer dizer é que a história, conta sobre o mundo, o que é o mundo. E que nela se encontram os fundamentos para uma cultura autêntica. Porém, não foi considerado em sua profundidade pela modernidade na elaboração de sua moral. E vai além, afirma que o instinto de rebanho que perdura na modernidade inverteu os valores, criando a oposição entre “bom” e “ruim”, de forma que, para estes, a palavra bom estaria ligada à ação não egoísta e a palavra ruim, vinculada às

ações egoístas. Quando, na verdade, na origem da linguagem, estes conceitos se referem a nobre, bem nascido e espiritualmente privilegiado no caso do “bom”. E baixo, plebeu, simples e comum, no caso do “ruim”. Seguindo seu estudo etimológico, Nietzsche nos apresenta na quinta seção da Primeira dissertação (NIETZSCHE, Tradução de Paulo César de Souza, 2009, P. 19) uma outra designação que, segundo a raiz da qual foi cunhada, o “bom” transparece ainda com frequência a nuance cardeal pela qual os nobres se sentiam homens de categoria superior. Alguém que tem realidade, assumindo o sentido de nobreza. Assim, a palavra bom, em grego, que remete aos ricos, aos possuidores, àqueles que apresentavam um traço típico de caráter “verazes”, que exprimiam um ar de superioridade nata, devido sua origem real, da realeza, verdadeira e que portanto se distinguia do homem comum e “mentiroso”, contrário do verdadeiro.

Os Judeus-povo “nascido para ser escravo”, como afirma Tácito e com ele todo o mundo antigo, “o povo escolhido entre os povos”, como eles mesmos dizem e acreditam- realizaram a maravilhosa obra de inverter valores, mercê da qual a vida adquiriu na terra um novo atrativo muito perigoso para dois milênios. Seus profetas confundiram num mesmo significado os termos “rico”, “ímpio”, “mau”, “violento”, “sensual”, e à palavra mundo atribuíram pela primeira vez um sentimento de opróbrio.

Em tal inversão de valores (mercê da qual “pobre” é sinônimo de “santo” ou de “amigo”) fundamenta-se a importância do povo judeu; com ele se inicia a insurreição de escravos na moral.

(NIETZSCHE, Além do bem e do mal. 2009,§195).

Não percamos da mente que o foco de Nietzsche é anunciar a morte de Deus, neste sentido, já aproximando mais nitidamente dos argumentos pelos quais Nietzsche se vale para realizar este objetivo, temos:

Vamos concluir. Os dois valores *contrapostos*, “bom e Ruim”, “bom e mau”, travaram na terra uma luta terrível, milenar; e embora o segundo valor há muito predomine, ainda agora não faltam lugares em que a luta não foi decidida. Inclusive se poderia dizer que desde então

ela foi levada incessantemente para o alto, com isto se aprofundando e se espiritualizando sempre mais: de modo que hoje não há talvez sinal mais decisivo de uma “*natureza elevada*”, de uma natureza espiritual, do que estar dividida neste sentido e ser um verdadeiro campo de batalha para esses dois opostos. O dístico dessa luta, escrito em caracteres legíveis através de toda a história humana, é “Roma contra Judeia, Judeia contra Roma”: - não houve, até agora, acontecimento maior do que *essa luta, essa questão, essa oposição moral*.

(NIETZSCHE, Tradução de Paulo César de Souza, 2009, P. 39).

Assim, Nietzsche aponta no cristianismo, a “desvalorização” dos conceitos bom e ruim x bom e mau, tendo como motivação as lutas históricas travadas entre Roma e Judeia, Judeia e Roma, Nobre e Plebeu, Plebeu e Nobre, Forte e Sacerdotal, Sacerdotal e Forte. Dentre estas lutas, cabe ressaltar um momento, um levante de Roma contra a Judeia (religião), período conhecido como Contra Reforma. Mas Roma logo foi vencida pela nova Judeia que se transmutou com o nome de Revolução Francesa.

No cristianismo, Nietzsche vê a representação do homem do ressentimento, daquele que age no submundo para se revoltar contra o “senhor”, o “nobre”. Assim, Nietzsche diz que o homem do ressentimento tem a vida pautada na reação e não na ação, na atividade. Desta forma, a moral do escravo nasce sempre de um oposto, como uma resposta reativa à outra, exterior a ela. Acontece que na análise de Nietzsche, lendo o capítulo 11 da 1ª dissertação (NIETZSCHE, Tradução de Paulo César de Souza, 2009, P. 28), é possível entender a inversão de valores que ele tanto condena. O conceito de “bom” a que os nobres se intitulam nasce naturalmente de dentro de sua vivência e de sua percepção de mundo. É um conceito aplicado a eles mesmos. Para se auto referenciar e se projetar no mundo. Sendo assim, “ruim” é uma representação oposta a este “bom” interiorizado no senhor, no nobre. Enquanto na Moral do escravo, os conceitos “mau” e “ruim” são aplicados separadamente para um mesmo sentido da palavra “bom”. O que faz com que o “mau” da moral escrava seja direcionado em oposição ao “bom” da moral do senhor.

Precisamente o oposto do que sucede com o nobre, que primeiro e espontaneamente, de dentro de si, concebe a noção básica de “bom”, e a partir dela cria para si uma representação de “ruim”. Este “ruim” de origem nobre e aquele “mau” que vem do caldeirão do ódio insatisfeito – o primeiro uma criação posterior, secundária, cor complementar; o segundo o original, o começo, o autêntico *feito* na concepção de uma moral escrava – como são diferentes as palavras “mau” e “ruim”, ambas aparentemente opostas ao mesmo sentido de “bom”.

(NIETZSCHE, Tradução de Paulo César de Souza, 2009, P. 28 e 29).

Com esta nova conotação, o Senhor, o nobre que, em função de sua vida mundana, regada de “privilégios”, exercendo suas potencialidades, vivendo conforme sua natureza, passou a ser o homem mau, e foi tomado como inimigo. E a este, passou-se a profetizar a condenação eterna. A danação pós vida. Mas vejamos, neste ato de desejar ao inimigo a danação eterna, não estaria o “escravo” sendo “mau”? No ato de julgar o seu oposto como “mau”, não estaria o homem do ressentimento praticando a injustiça? Não estaria o cristianismo sendo tão perverso, a ponto de querer ver seus inimigos queimando no caldeirão eternamente?

Quem é realmente bom nesta história?

Se os conceitos “bom” e “mau”, “bom” e “ruim”, estão sendo realmente invertidos ou manipulados, como afirma Nietzsche, como ficará a história da humanidade a partir desta constatação?

Quais os rumos deverão ser tomados?

Estas são perguntas que Nietzsche está respondendo quando afirma que o homem moderno matou Deus e que toda moral, todo valor devem ser colocados em xeque, pois o valor dos valores não mais existe.

Assim, creio ter ficado claro, como dito anteriormente, que o conceito “bom” e “ruim” concebido pelos nobres durou até a guerra dos trinta anos, quando então a partir daí passou a prevalecer, por falta do olhar histórico dos modernos, os conceitos bom e mau, concebidos pela moral escrava.

AS CONSEQUENCIAS E AS IMPLICAÇÕES DA MORTE DE DEUS

Com a possibilidade de uma valoração não ser tomada como verdade absoluta, abre-se uma nova visão. Assim como os fortes, os bem nascidos, que cunharam seus valores de acordo com suas necessidades e utilidades, assim também podem fazer os chamados fracos e plebeus, pois suas utilidades e necessidades são outras, o que se questiona são as ações de negação da vida, uma moral que ao negar o mundo real, deixa de afirmar a vida em toda sua plenitude. Ao passo que se afirmando a vida, valendo-se de toda forma de luta afirmativa, o indivíduo que, teoricamente seria considerado fraco e plebeu nos tempos modernos / contemporâneos, pode se colocar de igual pra igual frente aos teoricamente fortes, pois Nietzsche afirma ainda, que o contexto histórico e o momento vivido é que define quem é forte e quem é fraco. Pois a verdade é a que se vive e não uma verdade absoluta imposta por outros povos em outros contextos. Neste sentido, reforço que Nietzsche está fazendo uma análise, um diagnóstico do contexto histórico no qual está inserido e tenta tratar os problemas que interessam àquela parcela da sociedade, que são os alemães, frente à revolução francesa e todo o seu ideário. Faço um parêntese para chamar a atenção para que não sejamos injustos com Nietzsche fazendo uma leitura anacrônica, quando Nietzsche aborda ou deixa nas entrelinhas interpretações que nos levem nos dias atuais a pensar em racismo, machismo e preconceitos diversos. Cabe lembrar que ele está tratando de problemas de sua realidade, para os quais nossas interpretações contemporâneas são inadequadas. Com esta perspectiva, Nietzsche exalta figuras como Napoleão. Citando-o como exemplo de homens que tomaram os valores que lhes interessavam e que os afirmavam. Buscando solucionarem os problemas da sociedade a qual estavam inseridos. Que não aceitaram valores impostos por outros, tornando-se exceção entre toda a humanidade. Não sendo questionado aqui o bem ou o mal das suas ações, mas sim a capacidade de se afirmar e promover a potência “Vontade de potência” e afirmação da vida a partir de seus valores.

Devido à sua genialidade, Nietzsche foi e é considerado um filósofo inatual; que está à frente de seu tempo histórico e cronológico.

A inatualidade de Nietzsche nos possibilita fazer os seguintes questionamentos para a contemporaneidade:

Levando a cabo a “Morte de Deus”, como justificar nossa existência no mundo?

Como evitar o caos na convivência em sociedade?

Quais são os balizadores de nossas ações?

Estas e muitas outras perguntas certamente ainda não seriam plenamente respondidas nem mesmo por Nietzsche e por isso ele diz que o povo alemão, toda a Europa, precisa atingir o verdadeiro niilismo. E deixa a entender que o Niilismo verdadeiro é um exercício filosófico que teria sua justificação na falta de um vir- a- ser, na falta do Deus transcendente e criador, um Deus legislador e “fim” de tudo.

Para legitimar sua filosofia, Nietzsche postula a teoria do “Eterno retorno do mesmo”. Digo postula, pois ele mesmo afirma que não mais existirá finalidade última ou verdades absolutas. Por isso, a análise filosófica postulada por Nietzsche é inatual, até mesmo para nosso tempo. É fato que o mundo contemporâneo já se laicizou de tal forma que, de uma maneira geral, não depende mais de Deus, enquanto entidade religiosa, sendo assumido como valor supremo. Mas, ao mesmo tempo, pode se perceber que o verdadeiro niilismo pretendido por Nietzsche, também ainda não é vivenciado nos dias atuais, haja vista que as legislações, os debates filosóficos e as discussões científicas ainda estão amarradas a toda carga conceitual e moral combatida por Nietzsche.

“Eu venho cedo demais”, disse então, “não é ainda meu tempo”. Esse acontecimento enorme está a caminho, ainda anda: não chegou ainda aos ouvidos dos homens. O corisco e o trovão precisam de tempo, a luz das estrelas precisa de tempo, os atos, mesmo depois de feitos, precisam de tempo para serem visto e ouvidos. Esse ato ainda lhes é mais distante que a mais longínqua constelação – e no entanto eles o cometeram!

(NIETZSCHE, A Gaia Ciência. 2009, §125).

Fica evidente na Filosofia de Nietzsche que o que fará com que a vida humana siga seu curso de forma plena será a vivência do mundo no mundo real. Pois este é o mundo no qual podemos nos posicionar, vivenciando todas as nossas possibilidades e exercendo nossas potencialidades. A negação deste mundo é a negação de nós mesmos, enquanto atores e agentes da vida. O mundo é, conforme apresentado por Deleuze, um corpo vivo, onde o Todo é atividade pura. Entendendo que as forças ativas e as forças reativas são igualmente “Forças” nas suas especificidades. Cada qual cumprindo sua função, e por consequência mantem o todo

vivo e em constante evolução. Assim, no campo moral, o que Nietzsche quer nos indicar é que a filosofia moderna, que tem seus pilares nos senso comum dos conceitos de consciência, consciência de si, razão e verdade, todos estes, convergindo para uma finalidade última que é Deus, erra ao negligenciar o fator mais importante que é o corpo. Este ente / organismo vivo do qual todos os outros conceitos se originam. Ou seja, dentro da categorização hierárquica entre forças ativas e forças reativas, o corpo tem primazia, pois a consciência só pode existir, e só é, naquilo que lhe constrange e a ressentido.

Em Nietzsche, a consciência é sempre consciência de um inferior em relação ao superior ao qual se subordinou (se incorpora). A consciência nunca é consciência de si, mas consciência de um eu em relação ao eu que não é consciente. Não é consciência do senhor, mas consciência do escravo em relação a um senhor que não tem de ser consciente (a consciência habitualmente só aparece quando um todo quer subordinar-se a um todo superior... A consciência nasce em relação a um ser de que nós poderíamos ser função. É assim o servilismo da consciência: testemunha apenas (a formação de um corpo superior).

(DELEUZ, Nietzsche e a Filosofia. P.. 62).

Assim o corpo é esta entidade superior que comanda e subjuga a mente, o intelecto ou espírito, pois estes estão e têm sua razão de ser em função e em relação com o corpo e este com a exterioridade que é o mundo, o todo. O Todo comanda o corpo que comanda o espírito. A consciência do espírito é em função do domínio e supremacia do corpo. O homem é consciente do corpo em função do domínio e supremacia do todo sobre si. Mas, como explicado por Deleuze, nunca há consciência de si. Neste sentido o homem não conhece a si mesmo enquanto organismo vivo e ativo. E vive de forma reativa, ressentido. Emprega sua força apenas para sobreviver, buscando neutralizar as tensões e assim a vida se torna degenerativa e não se vive suas potencialidades. A vontade de morte é maior que a vontade de potência. E o aniquilamento do próprio homem se torna inevitável.

Se a proposta de Nietzsche, é a substituição do Deus cristão; do Deus postulado em função de um mundo do vir a ser, uma possível resposta filosófica para as questões elencadas anteriormente, seja o advento de uma nova valorização; oriunda do Deus interior, imanente ao homem; que existe no próprio indivíduo. Um Deus da vida; da potência; da afirmação, um Deus desprovido de qualquer interesse social (civilizatório). Um Deus que permita dizer “sim à vida”.

COMENTÁRIO

Um fato curioso é que este trabalho era para ter sido concluído e apresentado no final de 2019. Contudo, por forças alheias à minha vontade, isso não foi possível. Coincidentemente, agora em março de 2020, quando ainda estou a buscar conteúdo satisfatório que me permita o desfecho desejado para este trabalho, surge no Brasil e no mundo uma pandemia (coronavírus - Covid 19) com proporções imensuráveis. E não podendo ser diferente, por se tratar de contaminação viral humana, a nível global, questões morais de altíssima relevância para a modernidade são chamadas em causa neste momento. E como apontado ao longo deste texto, os valores que são caros à coletividade e que fundamentaram os direitos humanos estão sendo duramente feridos, tendo sua eficácia sendo questionada neste momento. Segundo Nietzsche, acompanhando sua crítica à moralidade, poderíamos dizer que isso está ocorrendo porque os idealismos de igualdade, fraternidade, justiça e liberdade tornaram o homem no geral frágil, ovelhas de rebanho, vulneráveis e fracos para enfrentar a vida com a força e potencialidade que lhe é natural. Ao abrir fronteiras em todo o mundo, ao impor uma única moral, para culturas e povos diferentes, ao ditar verdades quando não as tinha, ao fazer de uma moral a base das ciências, da política e da religião, o homem se perdeu. A vida se fragilizou. Não são profecias Bíblicas à luz de uma moral única que se fazem presentes neste momento de catástrofe global. Mas é a constatação anunciada por Nietzsche que ecoa com toda força. Civilização e Cultura não andam juntas. Filosofia e religião são apenas um modo de vida dentre muitos possíveis. A sociedade, como um organismo vivo maior, depende do antagonismo destas forças para continuar sua evolução. Entende-se evolução, a sua degeneração e ressurgimento, dominação e subalternação, nutrição e reprodução, guerra e paz, vida e morte. Tudo inerente à sua condição mundana de organismo vivo. Nada mais que isso.

CONCLUSÃO

Partindo do que foi apresentado neste trabalho e respaldado pelo conceito de “corpo” em (DELEUZ, Nietzsche e a Filosofia. P. 62 e 63), concluo que para Nietzsche, a vida só é possível através de um corpo. Donde então, a primazia deste sobre a alma, já é posta de antemão. Após reflexão, percebi que o próprio cristianismo faz esta confirmação. A igreja é viva porque se configura como um corpo místico. E só há possibilidade de vida eterna, ligada a uma ideia corporal. A materialidade do corpo humano é a entidade mística que o homem deve preservar; estudar e conhecer. O corpo é o enigma indecifrável que se encontra no mundo. E só através dele e por ele, se pode discursar. Religiões, só existem e têm sua finalidade, inseridas num corpo eclesial. É como nos advertiu Nietzsche, sobre o relâmpago e o trovão. O ato já se deu. São seus efeitos que agora nos atormentam. Só não estamos ainda preparados para aceitar. Assim nos provou o cristianismo, que mesmo tendo sua mira no “Reino dos Céus”, Mesmo tendo a alma como parte primeira no homem, necessitou “salvar”, resguardar os corpos das suas figuras mais importantes. Primeiro, Jesus Cristo, sendo Deus, necessitou vir ao mundo; Necessitou ter um corpo. Necessitou viver as relações conflitantes da vida humana, para expor sua doutrina. O mesmo Jesus, Deus e homem, necessitou ressuscitar de alma e “corpo”. Necessitou voltar para o além, de corpo inteiro. E me pergunto por que de corpo inteiro, se o corpo, se a matéria não é nada? E ainda, de corpo inteiro para onde? Mas o que importa isso? Ele é Deus. Ele é o todo poderoso. Foi então, que me permiti outro questionamento. E sua Mãe! O que dizer de Maria? Segundo a Sagrada Escritura, Maria não era uma “deusa”. Foi criada de carne, osso e alma, assim como nós, demais mortais. Mas mesmo assim, a Sagrada Escritura a indicam como aquela assunta aos Céus. Como aquela bem aventurada, que teve seu corpo levado pelos anjos, de forma intacta. Que somente adormecera profundamente. Insisto em me questionar, Por quê? Para onde a levaram? Não é a própria Igreja que diz que somos pó e ao pó retornaremos. Não é a própria Igreja que diz que o corpo e a matéria não são nada. Ou talvez esteja ai, o indicativo do que Nietzsche esteja nos dizendo ao referir-se ao relâmpago e o trovão?

O Corpo, como *Selbst*, tem uma natureza muito mais profunda e complexa do que supusera a tradição. Ele não é apenas “carne” e a sede de paixões, desejos e desgarramentos, nem mesmo a *res extensa* sobre a qual cogitara Descartes; ao contrário do que se pensara o platonismo e o cristianismo, o corpo não é a prisão do espírito, o oposto da razão. Para Nietzsche, o corpo é a *grande razão*.

(GIACCOIA, 2012, P. 220).

É, creio que seja esta a conclusão que podemos tirar desta empreitada. E tenhamos que reconhecer o mérito e dar crédito às críticas empreendidas por Nietzsche. O Homem matou Deus em todas as suas instâncias. Inclusive na Religião. A humanidade só não assume esta constatação porque o contrário, ainda lhe tem uma utilidade e necessidade.

O “Espírito Santo” necessitou de ser representado através das formas de língua de fogo o de uma pomba branca; O “Deus filho” precisou de um corpo para vir ao mundo E “Deus Pai”, necessitou tornar-se verbo e se encarnar para ser ouvido. O intelecto puro necessita do mundo para ser inteligido nos limites do corpo humano. Deus é o mundo e o mundo é Deus. O mundo é o “todo”. Que é o princípio, o meio e o fim. O passado, o presente e o futuro.

No cristianismo, o Jesus crucificado, foi um homem “forte”, que teve e ainda tem sua necessidade e utilidade. Porém, Nietzsche chama nossa atenção, porque um dia este Jesus se tornará ultrapassado. Estejamos preparados para este dia.

Se me é possível fazer deste trabalho acadêmico algo de uso para a minha vida prática pessoal, utilizo-o para iniciar um diálogo com a Igreja de Cristo. “A fé, move montanhas”, porém a manifestação da fé, só se dá no mundo, só se efetiva através do corpo e se concretiza na ação, configurando-se vida. A vida em sua plenitude. Religiões não podem mais continuar sendo objeto de condenação; de punição ou degeneração. A religião deve ser propulsora da vida. Ela deve olhar para o corpo, assim como o Jesus Homem, “Forte e Nobre”, nos indicou. O corpo deve ser algo a ser preservado e não desprezado. O corpo deve ser fonte de libertação; de afirmação da vida.

É com este entendimento, que ousei ouvir o que o “filósofo incompreendido” tinha a me dizer. A religião não está sendo rejeitada; A religião não está sendo negada. Ela só precisa estar aberta a novos valores. Valores de afirmação da vida. Onde a resignação não deve ser mais aceita, pois a vida é uma constante confrontação de forças. O equilíbrio e a vida feliz da vida eterna estão para além da capacidade humana. E, portanto, não deve ser tomada como realidade, pois o homem não conhece nem mesmo seu corpo. “não conhece a si mesmo”. Assim, não poderia e não deveria versar sobre aquilo que está para além dele. O relâmpago e o trovão são efeitos de um mesmo ato. Se o homem matou Deus, e isso nos foi claramente apontado, não tenhamos dúvidas! Os efeitos deste ato são inevitáveis. Cedo ou tarde eles ecoarão em nossos ouvidos como um trovão ensurdecedor. E não ficará pedra sobre pedra. Porém o mundo continuará a ser mundo, assim como vem sendo a bilhões e bilhões de anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

NIETZSCHE F.W. A Gaia Ciência. São Paulo, Ed. COMPANHIA DAS LETRAS, 2009.

NIETZSCHE F. W. Tradução de SOUZA P. C.. Genealogia da Moral. 1ª Edição, São Paulo: Ed. SCHWARCZ LTDA, 2009.

NIETZSCHE F. W. Além do Bem e do Mal. Prelúdio de uma filosofia do futuro. Rio de Janeiro, Ed. VOZES, 2009.

NIETZSCHE F. W. Tradução de BRAGA A.. C., Crepúsculo dos ídolos. 2ª Edição, São Paulo: Ed. ESCALA, 2008.

GIACOIA O. J. Nietzsche x Kant – Uma disputa permanente a respeito da liberdade, autonomia e dever. 1ª Edição. São Paulo: CASA DA PALAVRA PRODUÇÃO EDITORIAL, 2012.

MOURA C. A. R. Nietzsche: civilização e cultura. 1ª Edição. São Paulo: Ed. MARTINS FONTES, 2005.

MARTON S. Nietzsche - A transvaloração dos valores. 2ª Edição. São Paulo: EDITORA MODERNA LTDA. 2006.

HATAB L. J. Genealogia da moral de Nietzsche. Uma Introdução. Ed. MASDRAS LTDA. 2010.

DELEUZE G. Tradução de MAGALHÃES A. M. Nietzsche e a filosofia. Tiragem de 2000 exemplares, Ed. RÉIS-EDITORA LTDA.

PARTE 2. PLANO DE CURSO PARA O ENSINO MÉDIO

1. INTRODUÇÃO

Considerando o tema que escolhi na defesa de minha tese / TCC, que diz respeito à moralidade, desde a sua origem no início da civilização até o momento em que Nietzsche emprega sua crítica ao Valor dos valores; Considerarei também que este é um tema muito “caro” para toda a humanidade, pois tange às práticas e direcionamentos da vida humana como um todo. Sendo ainda um assunto inesgotável e de suma importância para a compreensão e posicionamento pessoal de cada indivíduo, frente às questões atuais que permeiam o centro dos debates filosóficos; políticos-culturais e científicos. De tal forma que julgo ser um bom tema a ser introduzido e trabalhado nas salas de aula, quando da minha possível atuação como docente no âmbito da Educação pública ou privada de Ensino médio. Tendo em vista que dentre outras, está é a finalidade deste curso que ora estou a concluir, sendo que uma das exigências para a conclusão deste curso é a elaboração do TCC o qual deve ter como parte integrante, a um plano de curso, com aulas de filosofia pra o Ensino Médio, para um período de no mínimo um semestre. Desta feita, trabalharei o tema “felicidade”. Entendendo que este, abarca toda a conceituação de moralidade necessária, para que eu consiga apresentar no meu plano de curso, e por consequência, ministrar aulas devidamente sustentadas e alinhadas com o meu TCC. E ainda como dito, apresentar aos alunos uma possibilidade de enfrentamento de um tema de suma importância para a sua formação não só no âmbito escolar, como no campo prático da vida em sociedade. Destaca-se ainda, que ao abordar este tema, estarei cumprindo a orientação do CBC – Conteúdo Básico Comum para o Ensino de Filosofia no Ensino Médio de Minas Gerais. Conforme se observa no recorte abaixo:



Conteúdo Básico Comum (CBC) de FILOSOFIA do Ensino Médio – Exames Supletivos/2018

Conteúdo Básico Comum

1. SER HUMANO

- 1.1. Natureza e cultura
- 1.2. Corpo e psiquismo

2. AGIR E PODER

- 2.1. Os valores

Temas complementares

1. SER HUMANO

- a. Arte e técnica
- b. Trabalho e alienação
- c. Tempo e transcendência

2. AGIR E PODER

- a. Felicidade
- b. Cidadania e Direitos Humanos
- c. Conhecimento e poder

CAMPO DE INVESTIGAÇÃO 1 – SER HUMANO

TEMAS / HABILIDADES	CONCEITOS	PROBLEMAS
1.1. Natureza e cultura - Distinguir entre as noções de natureza e de cultura. - Compreender a noção de cultura como essencial à definição do ser humano. - Compreender que, no ser humano, as características biológicas da natureza e os dados culturais estão profundamente associados.	- Natureza - Cultura	- O que distingue o ser humano dos outros animais? - O que faz do ser humano um animal como os outros? - Existe uma natureza humana? - O que pode significar a palavra "cultura"? - É possível distinguir no ser humano o natural do cultural? - O ser humano: frágil ou forte diante da natureza?

1.2. Corpo e psiquismo - Analisar diferentes concepções filosóficas sobre a constituição do ser humano. - Discutir as relações entre racionalidade e desejo. - Compreender a questão da consciência como um aspecto fundamental do ser humano. - Discutir a relação entre mente e cérebro.	- Corpo e Alma - Dualismo e Monismo - Racionalidade e Desejo - Consciência e Inconsciente - Mente e cérebro	O ser humano é dual? O que comanda o ser humano: sua razão ou seus desejos? O psiquismo é separado do corpo? O conhecimento é uma modalidade de desejo? Somos senhores de nossos desejos e sentimentos? O que significa ser consciente? É mais fácil conhecer a si do que as coisas ou os outros? A consciência nos engana? É possível conhecer-se a si mesmo sem enganar-se?
---	---	---

CAMPO DE INVESTIGAÇÃO 2 – AGIR E PODER

TEMAS / HABILIDADES	CONCEITOS	PROBLEMAS
2.1. Os valores a. Ser e dever ser - Reconhecer que o agir humano é de natureza valorativa. - Distinguir e circunscrever a esfera da moral como o lugar das ações e escolhas humanas, das normas e dos valores. - Distinguir entre as esferas dos fatos e dos valores. - Conhecer algumas entre as diversas posições filosóficas a respeito do bem e o mal.	- Ser e dever ser - Fato e valor - Juízos de fato e juízos de valor	- Qual a diferença entre dizer que algo é assim e que algo deve ser assim? - “Seguir a natureza” pode ser uma regra moral? - As convenções humanas são um prolongamento ou uma ruptura com a natureza? - A moral é uma questão de sentimento?
2.2. Liberdade e determinismo - Refletir sobre as condições do agir humano. - Compreender e analisar o conceito de liberdade em sua relação com o conceito de determinismo. - Compreender que a liberdade humana se exerce em meio às determinações. - Confrontar as concepções filosóficas que negam a existência de um livre-arbítrio com aqueles que o afirmam. - Compreender que o agir ético é indissociável da relação consigo mesmo e com os outros.	- Liberdade - Determinismo	- Somos livres ou determinados por fatores como genética, ambiente, etc.? - A liberdade é ausência de coações? - A liberdade é ausência de lei? - Uma pessoa que não é livre pode ser responsabilizada por seus atos? - Os desejos e paixões limitam nossa liberdade? - Podemos ser ao mesmo tempo livres e apaixonados? - O sentimento da liberdade garante sua existência? - Quem obedece a si mesmo é livre? - Somos livres mesmo dentro de uma prisão?
2.3. Indivíduo e comunidade a. Conflito - Delimitar as esferas do indivíduo, do social e do político. - Refletir sobre o sentido do conflito nas relações humanas. - Compreender a esfera da política como o lugar da expressão e articulação de conflitos e eventual operação de consenso. - Compreender o fenômeno da violência em sua diferença com o conflito. - Pensar os fundamentos da desobediência. - Distinguir entre o exercício da força e o da autoridade (uso legítimo da força).	- Indivíduo e Sociedade - Conflito - Violência - Privado e Público - Força e Autoridade	- O que leva os homens a viverem em comunidade? - O que significa dizer que o ser humano é um animal político? - É possível viver sem conflito? - O conflito é necessariamente ruim? - É possível lutar por direitos sem enfrentar o conflito de interesses? - O homem é um animal violento? - A violência é anterior à vida em sociedade? - É possível justificar algum tipo de violência? - Há uma guerra de todos contra todos? - Todo conflito é violento? - É possível construir uma sociedade pluralista? - A autoridade é necessária? - Há distinção entre a autoridade e a força?

<p>b. Lei e justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender os diferentes conceitos de Lei. - Compreender os diferentes conceitos de Justiça. - Diferenciar legitimidade e legalidade. - Compreender as diferentes formas de poder nas sociedades humanas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Lei - Justiça - Interesse e Bem comum - Legitimidade - Poder 	<ul style="list-style-type: none"> - É possível viver sem lei? - A lei reprime os indivíduos? - A lei é contrária aos interesses e desejos? - As leis são convenções humanas? - É legítimo opor-se à lei? - Justiça e liberdade são incompatíveis? - Justiça é tratar todo mundo igualmente? - Existe uma justiça divina? - Todas as leis são justas? - A sociedade pode determinar o que o indivíduo deve fazer? - O Estado existe para garantir a liberdade do indivíduo? - A política é sempre uma luta pelo poder? - A política deve levar em conta a moral? - Existe um exercício legítimo da força e da dominação? - A política é a única forma de poder?
--	--	--

Referências Bibliográficas/Edições Atualizadas

CHAUÍ, Marilena, Santos de OIVEIRA, Pérsio. **Filosofia e Sociologia**. Série Novo Ensino Médio. Ed. Ática.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática.

CHALITA, Gabriel. **Vivendo a Filosofia**. Ed. Ática.

ARRUDA, Maria Lúcia, Pires MARTINS, Maria Helena. **Temas de Filosofia**. Ed. Moderna.

Para o cumprimento deste projeto / plano de curso vou apoiar-me nos filósofos, que considero terem sido os que da melhor forma trataram das questões morais ao longo da história. São Eles: Sócrates; Platão; Aristóteles; Kant e Nietzsche. A filosofia antiga carrega muito em sua bagagem, a contribuição de alguns pré-socráticos. Sendo Sócrates, o filósofo que orientou Platão e este, tem em Aristóteles, seu principal aluno; Tentarei abordar este plano de curso a partir de Aristóteles más entendendo que sua filosofia moral, iniciou-se com seus antecessores e que não seria correto deixar de mencioná-los como referencial. Contudo, me limitarei a alguns textos básicos para que então meu plano de curso possa se estruturar de forma mais adequada. Assim, trabalharei,

O Banquete – Diálogo de Platão

A Ethica Nicomachea I 13 –III 8 Tratado da Virtude Moral - Aristóteles

A Crítica da Razão Prática - A Metafísica dos Costumes – Kant

A Genealogia da Moral – “Morte de Deus” - Nietzsche.

A ideia é apresentar a origem da moralidade no mundo, bem como a sua necessidade e utilidade neste primeiro momento.

Passando para um segundo momento, onde esta moralidade assume novos contornos e concepções distintas das suas origens. Sendo então tomadas por Aristóteles, como o mecanismo balizador das ações humanas em vistas de um bem final ou bem supremo.

Num terceiro momento teremos uma nova conformação dos conceitos morais a partir da elaboração filosófica na visão de Kant, que terá a moral como uma ferramenta transcendental, pela qual se justificará e se atribuirá o sentimento de justiça e a imputação de responsabilidade aos atos praticados pelo homem na vida em sociedade.

Num quarto momento e sequencialmente, pretendo apontar uma crítica às teorias anteriormente apresentadas. Neste caso me apoiarei na “Crítica ao Valor dos Valores”, empreendida por Nietzsche; Finalizando com a apresentação de uma proposta “inatural” feita por este filósofo, que é a formulação de uma nova valoração para o valor dos valores, de forma que a moralidade calcada no valor Transcendente de Deus, dê lugar à valores afirmativos da vida mundana, que teriam sua justificação na necessidade e utilidade mundana. Onde o todo, é o universo tal como ele se dá aos homens no decorrer de suas infinitas formas de “ser”.

2 SOBRE A ESTRUTURA DO CURSO

O curso se dará da seguinte forma:

Será ministrado em uma sala de aula do Ensino Médio de Escola pública, na modalidade de Ensino Para Jovens e Adultos – EJA, no período noturno, durante um período letivo compreendido de 06 meses. Totalizando 25 aulas no semestre.

Serão duas aulas semanais, tendo cada uma, a duração de quarenta minutos; Legislação atualizada em 2019.

Serão abordados os conteúdos pré-determinados em cada plano de aula, que aqui serão elencados oportunamente; Os quais contemplarão no primeiro bimestre, textos de Aristóteles; no segundo bimestre, textos de Kant e no terceiro bimestre, texto, de Nietzsche. Porém o tempo de exposição e análise dos textos, será dimensionado de forma que tenhamos uma apresentação introdutória do curso; apontando os objetivos gerais e didática de ensino; deixando espaço para ajustamento de cronogramas em função de possíveis imprevistos no planejamento. Bem como a aplicação de variadas formas de avaliação e verificação da aprendizagem, não somente no que tange à imposição de notas, mas sobretudo, na assimilação e compreensão do conteúdo, com a culminância de sua aplicabilidade na vida prática.

Para cada filósofo, será feito recortes específicos do Texto base, para leitura e análise em sala de aula. Porém será apresentada a Bibliografia complementar, indicando o texto na sua íntegra, para que o aluno amplie sua leitura e possa se preparar para todas as aulas.

De posse do recorte de cada texto, será apresentado o esboço geral da obra, preparado previamente pelo professor, de forma a nivelar as informações e fomentar a melhor participação e compreensão.

Na sequência, será solicitada a leitura do recorte por um dos alunos, conforme especificado no plano de aula. Seguido das considerações individualizadas que serão colocadas em debate, para aprofundamento; troca de experiências e embasamento das avaliações.

3 AVALIAÇÕES

As avaliações não terão um único objetivo de atribuir notas, mas principalmente de estimular a participação e interação aluno / professor, de modo que a dinâmica em sala de aula estará a todo momento servindo para uma possível avaliação qualitativa do aprendizado, principalmente porque sabemos que filosofia no ensino médio, antes de tudo, deve seguir as orientações conforme Descrito na LDB.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

Ciências Humanas e suas Tecnologias

*Ciências Humanas e
suas Tecnologias*

Apresentação

Os atuais marcos legais para oferta do ensino médio, consubstanciados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9394/96), representam um divisor na construção da identidade da terceira etapa da educação básica brasileira.

Dois aspectos merecem destaque.

O primeiro diz respeito às finalidades atribuídas ao ensino médio: o aprimoramento do educando como ser humano, sua formação ética, desenvolvimento de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, sua preparação para o mundo do trabalho e o desenvolvimento de competências para continuar seu aprendizado. (Art. 35)

A filosofia no Ensino médio deve ser abordada como um mecanismo de orientação e reflexão a cerca de conceitos que possibilitem ao aluno, a capacidade de pensar por si mesmo, se tornando autônomo e capaz de decidir e deliberar sobre todos os temas da vida cotidiana, não ficando restrito a uma mera decifração e repetição de ideias de outrem.

Neste sentido, as avaliações serão efetivadas através de debate em sala de aula, onde será solicitado a cada aluno, que apresente sua compreensão do texto recortado e tratado em sala de aula. Após a fala de cada aluno, o professor fará suas considerações, agregando informações ou indicando pontos de vistas divergentes, quando assim se fizer necessário. Ao final de cada aula e após todas as considerações, o professor fará uma explanação geral de tudo que foi tratado, de forma que se condense uma conclusão que seja de comum acordo e embasada no texto do filósofo estudado naquela aula. Logo após será solicitado que cada aluno elabore uma dissertação a cerca de tudo que foi falada em sala de aula e que seja entregue por escrito na próxima aula. E assim sucessivamente em todas as aulas, o professor estará avaliando a participação e interesse; a assimilação do conteúdo com a exposição oral; E finalizará com uma avaliação escrita, onde o peso de cada uma destas etapas poderá ser atribuído e dividido a critério do professor, conforme a sua conveniência; podendo melhor avaliar todas as etapas de acordo com a melhor performance de cada aluno. Garantindo assim o alcance e atribuição da nota mínima para aprovação, que é de 60%.

Possibilidades de Avaliação para recuperação serão tratadas oportunamente, caso por motivos devidamente justificados, algum aluno tenha deixado de participar ou realizar algumas das etapas avaliativas mencionadas. Não podendo ser de outra forma, tendo em vista que a avaliação se dará no todo e não em partes.

4 FUNCIONAMENTO DAS AULAS

Como informado, cada aula seguirá seu plano de aula específico, de forma que eventuais problemas no cumprimento do cronograma do curso possam ser repensados e reestruturados em suas particularidades.

Será reservada a primeira aula de cada bimestre, para a apresentação bibliográfica do filósofo a ser estudado.

As aulas seguintes se darão com a apresentação do texto base, impresso e disponibilizada uma cópia para cada aluno. Sendo também apresentada, a referência bibliográfica para leitura complementar.

A turma será disposta em círculo, para melhor visualização um do outro.

O Professor atuará como mediador, fazendo ponderações e considerações; podendo lançar anotações balizadoras no quadro negro, ficando disponível para cópia no caderno.

Será feito uma dinâmica com a Leitura do texto base, seguida de debate; Onde todos, de livre e espontânea vontade, terão a oportunidade de se posicionarem; respeitando o tempo disponível, que será cronometrado pelo professor.

Após o tempo definido para o debate, o professor pedirá que formem grupos pequenos e que tenham como atividade extra sala a elaboração de uma síntese por grupo, abordando o que foi debatido naquela aula. Síntese esta que será entregue por escrito na aula seguinte; Fomentando os estudos em casa pela ampliação da leitura complementar.

Tendo recebido todas as sínteses de cada aula, o professor irá analisa-las e devolver para os grupos com as devidas observações e / ou correções. Este material será utilizado pelo aluno para orientação de estudo para uma avaliação individual a ser entregue por escrito no final de cada bimestre, também em forma de dissertação, porém agora contendo o conteúdo de todas as aulas do bimestre.

Entre uma aula e outra, o professor poderá retomar ou finalizar um conteúdo que tenha ficado em aberto na aula anterior, conforme a necessidade.

CONTEÚDO / PLANOS DE AULAS

Aulas de 1 a 3 – Apresentação do plano do curso, bem como bibliografia de cada filósofo que será estudado, buscando dimensionar o objetivo geral pretendido pelo professor.

Data da aula 1: 03/08/2020

Data da aula 2: 07/08/2020

Data da aula 3: 10/08/2020

I - Aulas de 4 a 8 – Platão e Aristóteles

Data da aula 4: 14/08/2020

Data da aula 5: 17/08/2020

Data da aula 6: 21/08/2020

Data da aula 7: 24/08/2020

Data da aula 8: 28/08/2020

II - Dados de Identificação

Professor: Devanir dos Santos Inácio

Turma: 1º ano EJA

III – Tema

Amor e Beleza

IV – Objetivo geral

Expor aos alunos o pensamento de Platão, acerca dos conceitos de “Amor e Beleza”; fazendo com que reflitam e comparem, com a concepção destes mesmos conceitos na contemporaneidade.

V – Objetivo específico

Mostrar aos alunos, que o conceito de “Amor e Beleza” na Filosofia de Platão, diz respeito a um modo de vida, pelo qual aquele que alcança o Amor ou a Beleza, vive de tal modo que sua relação com o mundo se dá no mais alto grau de elevação, a partir da vida contemplativa. Buscando-se assim agir com sabedoria na vivência mundana, para conduzir as ações da melhor forma e conforme as máximas do bem viver.

VI – Conteúdo

Diálogo: “O Banquete”.

Platão vem contrapor seus predecessores; remetendo as teorias e métodos de se ensinar destes, aos discursos e atos praticados pelas personagens descritas no Diálogo. O que está em questão é a busca pela verdade e como esta deve ser alcançada. A sabedoria é o que de mais belo e valioso o homem pode almejar. E neste sentido definir o amor, é definir a sabedoria. A busca pelo saber. Aquele que ama age de tal modo que sua vida se transforma em vistas desse bem maior. As ações humanas em vista da sabedoria transforma o ser humano de tal modo, que não mais, prevalecem os falsos amores e as paixões. Pois o homem, neste estágio da vida polícia-se e não mais se deixa vencer pelas coisas mundanas, como apresentado no Diálogo, a sabedoria está para além das possibilidades do homem comum, mas pelo amor e pela reta razão, o homem pode aproximar-se desta entidade e pela sua contemplação, direcionar suas ações e alcançar a completude que lhe é necessária em qualquer que seja o campo de suas ações e assim se realizar e ser feliz.

VII – Desenvolvimento do Tema

Após uma breve análise, expondo para os alunos um pouco da leitura do texto,

“O Banquete”; e partindo do Discurso de Sócrates, recortado na citação abaixo, balizar o debate em sala de aula, apontando como Platão define o conceito de Amor e Beleza e mostrar como a Filosofia de Platão, a cerca desses conceitos, se aplica hoje em nossas vidas.

‘É fácil’, declarou ela, ‘não dirás que todos os deuses são felizes e belos? Ou te atreverias a negar que todo deus é belo e feliz?’

‘Por Zeus! Não eu!’, Exclamei.

‘E não classificas como felizes os possuidores de coisas boas e belas?’

‘Certamente’.

‘Admitiste, contudo, que Eros, na medida em que carece de coisas boas e belas, deseja essas próprias coisas de que carece’.

‘Sim, admiti’.

‘Ora, como pode ser um deus se é desprovido de coisas belas e boas?’

‘Pelo que parece, de modo algum [o pode ser]’.

Vês, portanto’, ela disse, ‘que não és alguém que considera Eros um deus’!

‘Bem, então o que poderia ser Eros?’ Perguntei. ‘Um mortal?’

‘Isso está fora de questão’.

‘Então o que?’

‘Como sugeri antes’, ela disse, intermediário entre mortal e imortal’.

‘E ao que te referes, Diotima?’

‘A um grande dáimon, Sócrates, pois todo o daimônico está entre o divino e o mortal.’

‘E qual sua função?’ indaguei.

A de interpretar e transmitir coisas humanas aos deuses e coisas divinas aos seres humanos; súplicas e sacrifícios que partem daqui para o alto e ordens e dádivas que procedem do alto para cá. Estando a meio caminho, ele promove a suplementação recíproca, resultando em que o todo se combina em um. Ele é o veículo de toda atividade divinatória e toda sacerdotal no que respeita aos sacrifícios, rituais de inclinação, encantamentos, e toda profecia e magia. Deuses não se misturam com seres humanos, mas o daimônico é o meio de toda associação e diálogo de seres humanos com deuses e de deuses com seres humanos, estejam estes despertos ou adormecidos. Todo aquele que possui, nessas matérias, um saber que o habilita, é um homem espiritual, ao passo que aquele que possui um saber que habilita em outras matérias, como nas artes ou ofícios manuais, é o trabalhador manual. Esses dáimons são muitos e diversificados, um deles sendo Eros.

Platão, Diálogos V – O Banquete - Tradução de Edson Bini –Edipro- São Paulo. 1ª edição 2010. Pg. 77,78.

VIII – Recursos didáticos

Textos escritos e xerocados; disposição da sala em círculo para o debate; quadro e giz, para apontamento de informações e esquemas de assimilação e compreensão daquilo que está sendo apresentado.

Disponibilizar a cópia do texto e solicitar aos alunos que leiam previamente, fazendo anotações das dúvidas e apontando o que entenderam do texto, de forma a fomentar o debate em sala de aula.

Em sala de aula, iniciar o debate entre os participantes, com mediações pontuais de minha parte, direcionando o entendimento do texto a partir do esclarecimento das dúvidas apresentadas.

Incentivar a exposição dos comentários de entendimento do texto por parte dos alunos, amarrando sua compreensão, anterior e posterior ao debate.

Discorrer mediante a leitura de um comentário geral sobre o texto, apontando os pontos chave de acordo com a referência bibliográfica estudada sem, contudo, apontar uma

conclusão única e envelopada. Incentivar os alunos ao exercício do senso crítico, analítico e filosófico.

IX – Avaliação

Após o debate, solicitar que os alunos entreguem um resumo do tema discutido, com o foco na seguinte temática: Como aplicar os conceitos de Amor e Beleza de acordo com a concepção Platônica em nossas vidas?

Utilizei o Discurso de Sócrates, pois este é o porta-voz de Platão. E é neste discurso, que Platão deixa claro que a sabedoria diz respeito às coisas mais belas e mais nobres; e que Eros está em direção à beleza.

O amor é como um filósofo, que fica entre o divino e o terreno. O verdadeiro amor busca a beleza; a sabedoria. Não ficando nem além nem aquém, permitindo ao homem ser feliz e viver bem neste mundo. Com este tema, creio que consigo abordar o centro da filosofia de Platão, no que tange ao bem supremo que é o amor; a beleza e por fim a felicidade, pois tive como objetivo, apontar para os alunos, que uma vida bela, uma vida reta, se dá de acordo com a disposição de cada indivíduo. Que em vistas de sua realização humana, deve educar as suas condutas, controlando suas paixões e a partir de ações refletidas e bem orientadas, a vida se torna mais digna e a possibilidade de se alcançar a felicidade se torna mais concreta. Assim também consigo criar um vínculo, com os conteúdos que são caros à moralidade e que versavam sobre direitos humanos; cidadania; livre arbítrio e razão. Temas estes que serão observados nas aulas seguintes.

X – Bibliografia

Platão, Diálogos V – O Banquete - Tradução de Edson Bini – Editora Edipro - São Paulo. 1ª edição 2010.

I - Data da aula: 21/08/2020

II - Dados de Identificação

Professor: Devanir dos Santos Inácio

Turma: 1º ano EJA

III – Tema

Ethica Nicomachea – Função Humana

IV – Objetivo geral

Fazer com que os alunos reflitam e se posicionem em relação à Função Humana, na concepção Aristotélica, entendendo que para este, a Ética é a investigação política que trata da melhor forma de se viver; o bem viver ou viver de forma excelente. Mostrar ainda que na Ética Nicomachea, Aristóteles introduz um conceito teleológico do bem a ser praticado, ou o bem humano como o fim último; ou o objeto do propósito racional; aquele que é visado por todos os outros fins.

V – Objetivo específico

Mostrar aos alunos, que a Ética Aristotélica se pauta na Ética Eudêmica. Visada a partir da “concepção teleológica do bem: O bem de algo, em uma área ou domínio sistemático, é o fim ou aquilo em vista do que existem as outras coisas que pertencem a essa mesma área ou domínio”. Assim Aristóteles vai ocupar-se com o bem em dois domínios: o da produção (poiesis) e o da ação escolhida (práxis). Onde na primeira temos os fins como atividade; enquanto que na segunda, os fins são produtos provenientes e distintos das suas atividades. Aristóteles então concluirá, que onde há fins e produtos distintos das atividades, eles, os produtos ou fins, são melhores que as atividades. – Princípio geral de valorização da “finalidade”: se X existe em vista de Y, Y é melhor ou mais digno de escolha racional do que X. Para Aristóteles o bem supremo, é a vida política.

VI – Conteúdo

Aristóteles iniciou sua obra *Ética a Nicômaco*, admitindo que em geral, toda arte, toda investigação ou toda ação, visam um bem qualquer; daí, afirma-se que o bem é o visar de todas as coisas. Porém este bem ou este fim alcançado, ora se apresenta como atividade ora se apresenta como produto das atividades. O bem alcançado, quando distinto da atividade, torna-se produto e por consequência é naturalmente mais excelente que as atividades que o produziram; e isso é válido tanto para as artes; as ações e as ciências; tendo cada uma destas o seu fim; o seu bem a ser alcançado. Porém Aristóteles acredita que a política é o sumo bem, pois é ela que legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, valendo-se das demais ciências, visando o bem humano. Aristóteles entende então que tudo na natureza existe por uma finalidade e isso não é diferente na natureza humana, e afirma que a finalidade da vida humana é para exercer a política.

VII – Desenvolvimento do Tema

Após uma explanação geral do que Aristóteles apresentou na *Ética Nicomachea*, apresentarei aos alunos trechos do livro I e II. Abaixo citados:

Retomemos a nossa investigação e procuremos determinar, à luz deste fato de que todo conhecimento e todo trabalho visa a algum bem, quais afirmamos ser os objetivos da ciência política e qual é o mais alto de todos os bens que se podem alcançar pela ação. Verbalmente quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz. Diferem porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não concebe do mesmo modo que os sábios. Os primeiros pensam que seja alguma coisa simples e óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras, muito embora discordem entre si; e não raro o mesmo homem a identifica com diferentes coisas, com saúde quando está doente, com a riqueza quando é pobre. Côncios da sua própria ignorância, não obstante, admiram aqueles que proclamam algum grande ideal inacessível à sua compreensão. Ora, alguns têm pensado que, à parte esses numerosos bens, existe um outro que é auto-subsistente e também é causa da bondade de todos os demais. Seria infrutífero examinar todas as opiniões que têm sido sustentadas a esse respeito; basta considerar as mais difundidas ou que parecem ser defensáveis.

Não percamos de vista, porém, que há uma diferença entre os argumentos que procedem dos primeiros princípios e os que se voltam para eles. O próprio Platão havia levantado esta questão, perguntando, como costumava fazer: “Nosso caminho parte dos primeiros princípios ou se dirige para eles?” Há aí uma diferença, como há, num estádio, entre a reta que vai dos juízes ao ponto de retorno e o caminho de volta. Com efeito, embora devamos começar pelo que é conhecido, os objetos de conhecimento o são em dois sentidos diferentes: alguns para nós, outros na aceção absoluta da palavra. É de presumir, pois que devamos começar pelas coisas que nos são conhecidas a nós. Eis aí por que, a fim de ouvir inteligentemente as preleções sobre o que é nobre e justo, e em geral sobre temas de ciências políticas, é preciso ter sido educado nos bons hábitos. Por quanto o fato é o ponto de partida, e se for suficientemente claro para o ouvinte, não haverá necessidade de explicar por que é assim; e o homem que foi bem educado já possui esses pontos de partida ou pode adquiri-los com facilidade. Quanto àquele que nem os possui, nem é capaz de adquiri-los, que ouça as palavras de Hesíodo:

Ótimo é aquele que de si mesmo

[conhece todas as coisas;

Bom, o que escuta os conselhos

[dos homens judiciosos.

Mas o que por si não pensa, nem

[acolhe a sabedoria alheia,

Esse é, em verdade, uma criatura

[inútil.

(EN Livro I §4 P.251)

A partir de citações como estas, destacadas oportunamente no texto base, podemos fazer os seguintes apontamentos:

Tanto o homem vulgo como o homem culto dizem ser a felicidade, o fim último da vida humana e dizem que o fim último é o bem viver e o agir bem; Porém diferem quanto ao entendimento do que seja a felicidade. Isso ocorre porque os objetos do conhecimento o são em dois sentidos diferentes; alguns para nós e outros na concepção absoluta da palavra. Aristóteles, diz que no âmbito das artes, existem diferenças e complexidades em relação ao conteúdo do conhecimento e o objeto. O conhecimento teórico, só é válido conforme o objeto

se apresenta a nós. A ética baseia se quase sempre em convenções para dizer ao homem o que é agir certo ou agir de forma errada. Por isso Aristóteles diz que os homens têm que ser mais bem preparados no campo judicativo; Pois no campo ético, conforme a situação se apresente, é que o homem saberá interpretar e agir desta ou daquela forma; conforme seu juízo lhe indicar. A moralidade é “um que” da apreciação pública; O ser humano que julga bem no ponto de vista judicativo da moral é considerado por Aristóteles, como o homem excelente; virtuoso. Mas dizer que a felicidade é o sumo bem parece ainda uma banalidade, pois falta ainda explicar mais claramente, o que ela seja; e para tal Aristóteles atribui ao homem uma função específica; pois assim como nas artes, ele considera que o bem e o “bem Feito”, residem na função e isso vale também para o homem, e a função específica que Aristóteles atribui ao homem é a vida ativa da alma, ou seja: se a função do homem é uma atividade da alma que segue ou que implica um princípio racional, afirmamos que a função do homem, é uma certa espécie de vida, e esta vida é uma atividade ou ações da alma. Acrescenta-se, que a função de um bom homem, é uma boa e nobre realização de suas atividades racionais; então o bem do homem nos aparece como uma atividade da alma em consonância com a virtude. E se há mais de uma virtude, essa consonância se dará com a melhor e mais completa. Aristóteles então afirma que as lições éticas dependem da experiência, descartando as ideias inatistas. O ensino se dá teoricamente, mas o aprendizado depende e deve passar pela experiência. Neste contexto, Aristóteles diz que um jovem não pode apreender e por em prática a ética, pois, por ser jovem ainda não passou pelas experiências que lhe darão o perfeito juízo, e ainda é tomado por muitas paixões. Para Aristóteles, não se aprende ética teoricamente; é necessário também uma preparação da alma (alma); do interior do homem que se dispõe ao aprendizado. A Ética aristotélica, não visa dizer a forma correta de agir do homem, mas sim de ampliar a capacidade judicativa de como e a melhor forma de agir, principalmente no âmbito das paixões e desejos. O ser moral de Aristóteles não se detém apenas no saber, mas sim no saber fazer bem. O saber está vinculado com o agir e agir bem. Para Aristóteles, existe uma distinção entre a felicidade pensada pelo vulgo e a felicidade pensada pelos elevados de pensamento (filósofos); sendo que para aqueles, é pensada como subsistência; satisfação imediata dos prazeres e afastamento da dor. Então ele afirma que a felicidade é algo que vai se sobrepondo os desfechos que vamos alcançando ao longo da vida; coloca ainda que a felicidade é a satisfação dos prazeres da alma e que a própria felicidade é por si aprazível e que as ações virtuosas devem ser aprazíveis em si mesmas. A grande sacada de Aristóteles é

definir qual a dose de hábito e qual a dose de ensino (intelectual) que define o aspecto moral e as ações do bem viver. Assim o homem, ainda que não seja todo e qualquer homem, está em potência para a felicidade, basta buscar os meios e as circunstâncias adequadas para o alcance da felicidade em plenitude. Porém, Aristóteles se volta para o público alvo, que são os políticos e diz que o verdadeiro governante deve ser um estudioso da virtude humana, a qual é subdividida em virtude intelectual e virtude moral. Para Aristóteles, a virtude moral esta voltada para o hábito e depende da experiência. E o que é por natureza, não se pode alterar pelo hábito. Já a virtude intelectual, necessita do hábito para que seja engendrada à virtude moral. O bom legislador deve exortar o povo através das leis a ser moralmente bom.

VIII – Recursos didáticos

Textos escritos e xerocados com citações; obra original; disposição da sala em círculo para o debate; quadro e giz, para apontamento de informações e esquemas de assimilação e compreensão daquilo que está sendo apresentado.

Disponibilizar a cópia dos textos e solicitar aos alunos, que leiam previamente, fazendo anotações das dúvidas e apontando, o que entenderam dos textos, de forma a fomentar o debate em sala de aula.

Em sala de aula, iniciar o debate entre os participantes, com mediações pontuais de minha parte, direcionando o entendimento do texto a partir do esclarecimento das dúvidas apresentadas.

Incentivar a exposição dos comentários de entendimento do texto por parte dos alunos, amarrando suas percepções, anteriores e posterior ao debate.

Discorrer com a leitura de um comentário geral sobre os textos, apontando os pontos chaves de acordo com a referência bibliográfica estudada sem, contudo, apontar uma conclusão única e envelopada. Deixando que os alunos exercitem o senso crítico, analítico e filosófico.

IX – Avaliação

Após o debate, solicitar que os alunos formem grupos menores, tendo como atividade extra sala, para a elaboração de uma síntese do assunto debatido em sala de aula, contemplando as seguintes temáticas:

Como Aristóteles chega à definição de felicidade?

Como as boas ações implicam em uma vida feliz?

Como a felicidade pode ser alcançada no mundo material? - (vida Humana).

Indicar o princípio da felicidade no campo transcendental - (vida contemplativa).

A síntese de cada grupo será entregue na aula seguinte, para análise e considerações do professor.

X – Bibliografia

ARISTÓTELES , Ethica Nicomachea I 13 – III 8 Tratado da Virtude Moral – Marco Zingano, 2008

I - Aulas de 9 a 13 – Kant

Data da aula IX: 31/08/2020

Data da aula X: 11/09/2020

Data da aula XI: 14/09/2020

Data da aula XII: 18/09/2020

Data da aula XIII: 21/09/2020

I - Data da aula: 31/08/2020

II - Dados de Identificação

Professora: Devanir dos santos Inácio

Turma: 1º ano EJA “B”

III – Tema

Crítica da Razão Prática

IV – Objetivo geral

Mostrar que a *Crítica da Razão Prática* de Kant se opõe à ética aristotélica e Estóica. Antiguidade x Modernidade. Kant representa a tradição moderna onde, a ética já não é mais entendida nos moldes aristotélicos.

V – Objetivo específico

Fazer um percurso de análise e compreensão das influências que permearam o desabrochar da filosofia Kantiana desde o período de sua formação, passando pela elaboração

da “*Metafísica dos Costumes*”, “*Crítica da Razão Pura*” e “*A Crítica da Razão Prática*”. E apontar que para Kant, a razão prática é um feito da própria razão.

V I– Conteúdo

Analítica, capítulos 1 e 2 da *Crítica da Razão prática*.

VII – Desenvolvimento do Tema

Fazer uma breve análise, expondo para os alunos um pouco da leitura da *Crítica da Razão Prática*, para embasar a confrontação de Kant com a filosofia clássica. Assim, na *Introdução da Ethica Nicomacheia* I 13 - III8, *Tratado da Virtude Moral* /2008 – tradução de Zingano – P. 21 temos:

Com efeito, a ética aristotélica é tipicamente um eudemonismo, Como já foi assinalado. Isto pode dar a impressão que é uma ética do bem-estar na qual a noção de dever só encontra lugar na medida em que estiver governada por um fio que seja constitutivo, aos olhos do agente, de sua finalidade. Se a gente quiser A e receber B como meio adequado para obter A, então deve perseguir B, mas deve persegui-lo somente na medida em que for meio para obter o fim que busca realizar, e este fim está diretamente ligado às suas aspirações de bem-estar. Aristóteles por certo não se cansa de afirmar que o bem que procuramos em alguém é em escala humana e isto é a felicidade. Porém, por felicidade entende o agir bem; é feliz quem age bem. E não raras vezes agir bem implica buscar o que é moralmente belo à custa do que nos é vantajoso e benéfico. Em um sentido relevante, o agente deve fazer algo porque reconhece as razões que qualificam tal ação como o que convém fazer, quaisquer que sejam os fins que esteja a perseguir.

Na Antiguidade, a felicidade era tomada como bem supremo ou bem final porém o ponto alvo da crítica se dá em função da noção do altruísmo vigorante na Grécia antiga, onde a noção de bem se confunde com a noção de proveitoso, de vantajoso, tornando a felicidade um bem particular; por isso filósofos modernos como Kant, são enfáticos em suas afirmações dizendo que: "se a ética tem um fundamento, este fundamento não pode ser a felicidade, pois a felicidade é um conceito particular". A ética aristotélica gira em torno da prudência, já na ética Kantiana, a prudência não tem valor moral.

Um dos aspectos da vida grega que foi dramatizado na tragédia "*Antígona*", levou Aristóteles a trabalhar a questão da prudência pois, ela tematiza a questão das relações humanas, focando a responsabilidade, que é própria do indivíduo; configurando a autonomia moral, pois o indivíduo pode e deve ser responsabilizado e penalizado por seus atos.

No capítulo VI da *Ética Nicômaco*, Aristóteles diz que a virtude de uma coisa é relativa ao seu funcionamento apropriado. Ora, na alma existem três coisas que controlam a ação e a verdade; são elas: a sensação, a razão e o desejo. E, destas três, afirma ainda, que a sensação não é princípio de nenhuma ação. Sendo justificado pelo fato de que os animais inferiores possuem sensações, porém, estas não participam da ação." A origem da ação - sua causa eficiente - não final, é a escolha. E da escolha, é o desejo e o raciocínio, com um fim em vista. Sendo assim a escolha não pode existir sem a razão e sem o intelecto, e nem sem uma disposição moral; pois a boa ação e seu contrário não podem existir sem uma combinação de intelecto e de caráter. É o intelecto prático que dá movimento à ação, pois visa a um fim qualquer. Aristóteles afirma ainda que o cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática, é poder deliberar bem sobre o que é bom e conveniente, não só no aspecto particular como também nos aspectos que contribuem para a vida boa em geral. Ainda na *Ética Nicômaco*, Aristóteles diz que é evidente que a sabedoria prática seja uma virtude e não uma arte. E como são duas as partes da alma que se guiam pelo raciocínio, a sabedoria prática deve ser a virtude de uma dessas duas isto é, daquela parte que forma a opinião, pois a opinião versa sobre aquilo que é variável e desta mesma forma, a sabedoria prática. Versando então sobre coisas humanas e coisas que podem ser objeto de deliberação; "de modo que o deliberar bem, no sentido irrestrito da palavra, é aquele baseado em cálculo, capaz de visar às melhores das coisas alcançáveis pela ação humana". Estamos falando aqui,

da virtude dianoética, que é uma boa disposição; uma disposição excelente da alma; uma boa capacidade de desejar e realizar as boas ações. Já na obra *A Poética*, Aristóteles diz que a prudência é um saber teórico que lida com aquilo que não é sempre fixo, sendo circunstancial, mas que não deixa de ser universal, onde a sabedoria prática é aquela que sabe reconhecer o melhor meio para se chegar ao verdadeiro fim. Está em jogo, todos os nossos atos; que mesmo sendo considerados involuntários, pois mesmo que sejamos autores destes atos, nós não sabemos as circunstâncias que essas ações ocorrerão; porém sofremos as consequências destes atos involuntários. Neste contexto o prudente, é aquele que sabe bem deliberar sobre aquilo que lhe é útil, que lhe convém; não tendo aqui na ética aristotélica nenhuma relação entre compaixão pelo outro, com uma ação moral.

No pensamento grego antigo, pré-Cristão; bárbaro é barba e grego é grego, mostrando que a compaixão não se estende a toda a humanidade como pretende a filosofia moderna kantiana; mas o que dizer da relação com aquele que é próximo? Que é amigo? Esse é o ponto de interrogação, que levará Kant a refutar a Filosofia Antiga; Se não se tem uma compaixão pela humanidade, deve-se pelo menos considerar a compaixão pelo outro, pelo amigo que é próximo, pelo outro. Pois o outro já não abarca somente o amigo, mas todo o não eu, podendo se estender à humanidade. Quando olho para o amigo eu me vejo, pois o conhecimento de si engloba o conhecimento daquilo que pertence ao corpo e de tudo que o envolve.

Para Aristóteles, a prudência é então, o cálculo do meio e não uma reflexão sobre os fins. O indivíduo que estrutura sua vida nos moldes da moral aristotélica, tendo a eudaimonia / felicidade, como bem supremo. Um bem final, também entendido como um bem de 2ª ordem. Ou seja, um bem inclusivo que abarca todos os outros bens, não será necessariamente egoísta; a ética aristotélica lida sobre os meios e não sobre o fim último; pois o que é próprio do ser humano, é refletir acerca de suas habilidades e escolher uma forma de vida, mas vale lembrar que o homem não vive sozinho e precisa se relacionar com o outro, com o próximo. É aqui que os Estóicos encontram seu ponto de diferenciação para aqueles poucos, chamados de sábios; Temos que o impulso, aqui entendido com o princípio natural de movimento a todos os animais, baseado no princípio de busca por aquilo que atrai e repulsa; por aquilo que não lhe é conveniente, não natural, que é uma certa capacidade discursiva, permitindo se fazer uma melhor ordenação desses impulsos. Sendo que é esta perfeita ordenação, que diferencia os poucos sábios considerados pelos Estóicos, onde o Logos está sempre fazendo uma

avaliação e ordenação destes impulsos, buscando uma coerência e evitando uma contradição. Sendo bem sucedida esta ordenação pela razão, significa que a vida é coerente pois, os impulsos estão em harmonia com a natureza. E esta ordenação correta, nos permite definir o que é o bem e o mal. Esta ação coerente visa o venerável, que é aquilo que é digno em si mesmo. Lembrando que para os Estóicos e para Aristóteles, o bem ou bom aqui, não é abstrato, mas o bom enraizado nas ações humanas (naturalismo Estóico). Assim o conhecimento da natureza humana é importante pois, na ordenação que é própria do logos, dá-se a entender que o homem busca as riquezas e os males em si mesmos, mas como estes são indiferentes, não sendo bens determinantes, então na verdade estes não são bens ou males em si mesmos; então o bem buscado pelo homem é o bem venerável. O que importa é o modo como o homem utiliza o bem e o mal, para atingir o bem venerável. Na Antiguidade então, a ética entendia a realização humana, como sendo o fim ideal da ação, porém, para esta plena realização, deve-se evitar as paixões, que derivam das falsas opiniões, sendo necessário o endireitamento da reta razão. Na ética Estóica, o homem será virtuoso se conhecer o mundo natural, para não ter falsas opiniões. Sendo, então, o comportamento ético ou um comportamento natural.

A saída para a crítica moderna, se da tentando resolver a contradição existente na determinação da razão sobre a vontade já que aparentemente o logos, esta parte divina que está no homem, seria a nossa condenação, nos tornando miseráveis, pois este nos atrapalharia a ter uma vida feliz conforme nossa natureza, pois é o logos que nos permite escolher entre o bem e o mal, ou ter falsas opiniões, mas ao passo, se não tivéssemos o logos agiríamos convenientemente conforme nossa natureza; E é assim que os Estóicos afirmam que teria somente um ou dois sábios, pois para ser sábio neste caso, seria preciso usar o Logos e viver conforme a natureza; Mas, se livrando das paixões utilizando a reta razão.

Assim chegamos ao ponto de oposição defendido por Kant. Para este filósofo, a razão prática é um feito da própria razão. Para o estabelecimento da Razão prática, é preciso a pretensão do amor de si, transformando-se em determinação da vontade. Kant considera quase impossível o estabelecimento da ação moral, sendo então necessário uma análise caso a caso para cada ação humana. A vontade é exclusivamente tentada pelas inclinações. Então a moralidade seria o domínio da Razão sobre as paixões. Com a Crítica da Razão prática Kant pretende refutar a filosofia antiga, que entendia que a razão age sobre a vontade de forma intermediada, tendo que assumir que a razão tenha um uso prático e não teórico, como um

cálculo de meios para realização de uma ação, mostrando que a razão deve agir não de forma geral más, analisando cada ação individualmente. A reflexão moral em Kant levará a dizer que uma lei moral não deveria ser entendida como um padrão para este ou aquele povo e que talvez nós mesmos não saibamos qual a motivação que nos leva a agir e que talvez essas ações não estejam voltadas para o cumprimento das leis Morais mas, sim por outras motivações que nós mesmos desconhecemos. Para desenvolver esta crítica, Kant propõe que pensando então que há uma razão, temos que conceber que somos livres; Porém agora, pensando em uma liberdade no seu sentido positivo e não apenas uma Liberdade como ideia; como conceito, mas uma liberdade provida de conteúdo.

Diz Kant, se existe a filosofia prática, esta será a determinação imediata da vontade, e não o contrário, pois se assim fosse, não teríamos razão prática, sendo este o centro das discussões levantadas na *Crítica da Razão prática*. Pois se nossas ações são mediadas, ou seja, intermediadas pela razão prática, então nós somos livres. A filosofia prática apresentada por Kant, pode ser vista com primazia em relação à filosofia especulativa ou filosofia teórica no sentido de que o uso da filosofia prática, leva ao conhecimento prático das ideias que não foram alcançadas na primeira crítica, a saber, as ideias de “liberdade” e “imortalidade” e a “existência de Deus”. Porém o intuito de Kant é mostrar que estas Críticas não se contradizem más, que ao contrário, a Crítica da Razão prática só melhora a compreensão da *Crítica da Razão Pura*.

Se na *Crítica da Razão pura* vimos que entre fenômenos e a coisa em si obtemos apenas ilusões, pois os objetos só nos aparecem, mas não conseguimos conhecê-los, na *Crítica da Razão Prática*, é dado um conteúdo à ideia de liberdade, nos permitindo no mínimo pensar a ideia de liberdade.

Na Analítica, capítulos 1 e 2 da *Crítica da Razão prática*, temos que as proposições fundamentais de uma razão prática são proposições que contém determinação sobre a vontade e estas determinações são chamadas de preceitos; princípios ou ainda regras, onde as regras subjetivas são tomadas como máximas e válidas apenas para si, enquanto as regras objetivas são tomadas como imperativas; Válidos universalmente sendo tomadas como leis. Como nem sempre a vontade faz o que a razão determina a lei não se apresenta somente como aquilo que é; Fato que ocorre com aquele que é dotado somente de razão, Deus. Ao contrário, a nós, esta lei se apresenta como um imperativo; como uma imposição; como um “Dever Ser”; e não

como aquilo que é. Portanto a liberdade para Kant só se dá quando a determinação da ação está no sujeito e não fora dele.

Os princípios Práticos são divididos em subjetivos (máximas) e objetivos (imperativos/leis), esses por sua vez são divididos entre: hipotéticos e categóricos. O imperativo categórico, que determina a lei prática, só pode se referir à forma da lei. Para estabelecer de onde podemos extrair a lei prática, Kant mostra primeiro de onde não podemos extrair o imperativo categórico.

O 1º teorema diz que a lei prática não pode conter elementos materiais, não pode ter um conteúdo, porque isso se refere à dimensão empírica. O fundamento da lei prática não pode ser algo já dado, algo que se impõe externamente. A matéria não pode ser o fundamento determinante da vontade, fundamento de ação, no âmbito prático porque o objeto que orientaria minha decisão seria um objeto antecedente à regra prática. Seria o objeto que moveria o sujeito. Uma lei prática, objetiva e universal tem que ser uma lei indeterminada, não condicionada por algo externo.

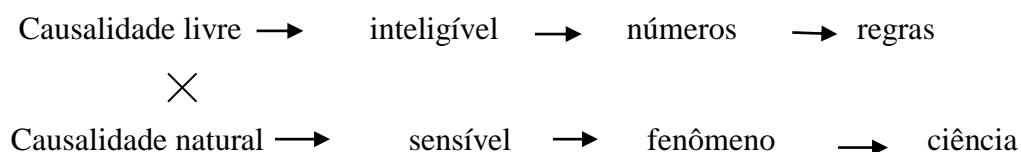
Kant utiliza na 2ª crítica, a expressão faculdade de apetição ao se referir à vontade. Com essa expressão Kant está se referindo a seres racionais finitos, que podem ser movidos tanto pela razão quanto por motivos empíricos. Faculdade de apetição é a vontade entendida de modo mais geral. A matéria é o que a faculdade de apetição consegue produzir. O objeto está presente em toda ação; moral ou não. Ele só não pode ser fundamento de uma ação moral. Dessa tese pode se tirar duas noções: De prazer e de motivo determinante. O prazer, nunca pode ser determinado a priori, deve sempre ser experimentado. O objeto de prazer ou desprazer depende de circunstâncias acidentais, é ligado ao empírico; primeiro a experiência e depois o conhecimento. Fundamento determinante é a determinação do ponto de vista objetivo, qualquer elemento que produz uma determinação da vontade, seja pela razão ou pelas inclinações sensíveis; qualquer coisa que possa mover a vontade. É o que move a faculdade de apetição de maneira geral. Mas, se o fundamento determinante em geral da faculdade apetitiva for a matéria, ele não poderá ser fundamento de nenhuma lei prática. Kant ao utilizar esses termos mais gerais, está estabelecendo uma divisão, dentro de uma visão mais geral, podemos dividir de maneira clara o que deve ser colocado de cada lado. Esse lado que foi apresentando que se refere aos conceitos empíricos e é chamado de felicidade ou amor-de-si. E não podem sustentar uma lei prática, porque só podem ser determinados a posteriori. No lado que contém os conceitos empíricos o sujeito não é livre. A liberdade

entendida como a capacidade do sujeito ser o responsável por iniciar uma cadeia de acontecimentos, o sujeito está sempre condicionado por algo dado previamente, que condiciona a sua regra de conduta. Essa distinção é possível de ser feita no uso da expressão “faculdade de apetição”. Pode ser entendida como uma divisão entre um caráter superior e inferior, sendo a 1ª relacionada com a razão pura prática e a 2ª se refere tanto a esfera sensível quanto a não sensível, contrariando a tradição, que distinguia as esferas como se a superior fosse determinada apenas pela forma e a segunda apenas pelo conteúdo.

Quando se trata de objetos que são oriundos do prazer, sejam intelectuais ou sensíveis, todos se referem, ao caráter inferior da faculdade de apetição, pois o prazer sempre será relacionado ao empírico. O problema é atribuir o prazer ao fundamento de nossa vontade.

A felicidade é uma tendência de todo ser racional finito, ele tende para o que dá prazer e repele o que dá desprazer, a felicidade é um fundamento determinante da faculdade de apetição de todo ser racional finito, porque o homem é carente, ou seja, é limitado; não auto-suficiente. Para Kant felicidade assume um significado que varia de indivíduo para indivíduo, é pressuposto como algo subjetivo. Indica a relação subjetiva entre a faculdade determinante da vontade do sujeito e o objeto de sua apetição. A felicidade nessa relação é vazia, é preenchida com conteúdos diferentes por cada indivíduo, mas a relação não varia, nesse sentido felicidade é objetiva. A felicidade se liga a representação por um sentimento: o prazer. Ao considerar a felicidade como possível de ser o fundamento determinante da vontade não se concebe a possibilidade de liberdade para o homem, que é híbrido, matéria e razão / logos e por isso pode ser determinado tanto por sua parte racional quanto por seu caráter animal, mas dar ênfase a essa parte animal do homem é mecanizar o ser humano. O sujeito agente, racional e finito, só pode agir mediante seus próprios princípios, suas máximas, mas pelo seu caráter racional pode pensar suas máximas sob a forma da lei, o sujeito pode se pensar como formalmente determinado. Se a felicidade pudesse agir apenas como fundamento determinante prático não haveria leis práticas, isso gera contradição, mas se existem tais leis, então temos que admitir que a mera forma das máximas, é passível de universalização. É fato que o ser racional consegue conceber leis universais, mas apenas através das formas, do conceito de lei. Leis universais que funcionam para qualquer pessoa em qualquer tempo. Isso resulta em uma moral da autonomia, que é o cerne da moralidade Kantiana. Ser livre é ser autônomo. É a autonomia da razão. Pois a felicidade não pode ser fundamento como afirmavam os antigos. A Razão Pura pode ser prática, ou seja, determina a vontade através da

Lei moral e não por inclinação. Se o sujeito vive em conflito é porque tem conhecimento da Lei moral, então o conceito imediato que temos do dever, é o que vale. A primeira crítica mostra indícios do inteligível e a segunda crítica através da Lei moral, dá um sentido a uma liberdade causal, fornecendo ao mundo sensível, a forma do inteligível, uma forma distinta para se olhar para o mundo.



VIII – Recursos didáticos

Textos escritos e xerocados; disposição da sala em círculo para o debate; quadro e giz, para apontamento de informações e esquemas de assimilação e compreensão daquilo que está sendo apresentado.

Disponibilizar a cópia do texto e solicitar aos alunos que leiam previamente, fazendo anotações das dúvidas e apontando o que entenderam do texto, de forma a fomentar o debate em sala de aula.

Em sala de aula, iniciar o debate entre os participantes, com mediações pontuais de minha parte, direcionando o entendimento do texto a partir do esclarecimento das dúvidas apresentadas.

Incentivar a exposição dos comentários de entendimento do texto por parte dos alunos, amarrando sua compreensão, anterior e posterior ao debate.

Discorrer mediante a leitura de um comentário geral sobre o texto, apontando os pontos chave de acordo com a referência bibliográfica estudada sem, contudo, apontar uma conclusão única e envelopada. Incentivar os alunos ao exercício do senso crítico, analítico e filosófico.

IX – Avaliação

Após o debate, solicitar que os alunos entreguem um resumo do tema discutido, com o foco na seguinte temática:

O Homem é ou não é responsável por suas ações?

Na vida prática, como o homem pode vincular esta responsabilização à sua liberdade?

Como se dá a confrontação da Filosofia de Kant á filosofia Clássica?

Referências Bibliográficas:

Antígona de Sófocles

"Teatro e ação humana em Sófocles", M. Zingano

"O bem final na Ética de Aristóteles" W.F.R. Hardie

"Eudaimonia e bem supremo em Aristóteles", M. Zingano

"Sobre a Akrasia em Aristóteles" R. Robinson

"A virtude, a felicidade e a natureza" Thomas Bénatoul

Kant: Crítica da razão prática, Introdução; Analítica, Capítulo 1, § 1-3

Kant: Crítica da razão prática, Analítica, Capítulo 1, § 4 e 5

Kant: Crítica da razão prática, Analítica, Capítulo 1, §6 e 7

Kant: Crítica da razão prática, Analítica, Capítulo 1, § 8

I - Data da aula: 18/09/2020

II - Dados de Identificação

Professora: Devanir dos Santos Inácio

Turma: 1º ano EJA “B”

III – Tema

Estética Transcendental

IV – Objetivo geral

Expor aos alunos que na Estética Transcendental, Kant apresenta a passagem do pensamento empírico, como fundamento para fazer ciência, em detrimento daquilo que é meramente idealizado e conseqüentemente, só pode ser pensado.

V – Objetivo específico

Demonstrar que na Filosofia de Kant, o mundo é o que se pode ser conhecido, pois os homens se relacionam com os objetos. E o conhecimento só pode advir desta relação; pela capacidade cognitiva.

VI- Conteúdo

Estética Transcendental

Compreendido e tendo destacado os conceitos principais para a compreensão da Estética Transcendental, podemos afirmar que na relação Sujeito cognocente e objeto, se dá o conhecimento. Porém Este conhecimento só é possível porque o ser humano / sujeito cognocente, possui duas faculdades cognitivas que o diferencia dos demais animais. A saber: o entendimento e a intuição. Assim sendo, os fenômenos não são considerados em si mesmos, mas na relação com o sujeito, que através de sua percepção molda o objeto percebido, através da operação mental que lhe é própria. O conhecimento das coisas no mundo só pode ser possível, porque através do entendimento e da relação com os objetos, o ser humano pode intuir de forma pura. Espaço e tempo são princípios de conhecimento a priori, que se dão pela intuição. Espaço e tempo estão no sujeito e no objeto ao mesmo tempo e por isso constituem as condições de possibilidades de fundamentar a existência da coisa em si. Contudo, o ser humano sendo limitado só pode conhecer as coisas / os objetos nesta relação alcançada pela intuição. A coisa em si, somente pode ser pensada pois extrapola as possibilidades de conhecimento do homem. Kant estabelece assim que o conhecimento do homem é limitado no espaço e temporalmente e que neste sentido somente as coisas do mundo, lhe são passíveis de conhecimento. Assim a metafísica tradicional é eliminada da Filosofia, pois temos que ir às coisas e nos relacionarmos com elas para que o conhecimento seja verdadeiro. Do contrário, só podemos pensa-los. A coisa em si, é aquilo que uma coisa sempre significou; sem que dependa da relação com o processo cognitivo. O conhecimento segundo Kant, se dá na relação do sujeito com o objeto. Assim a coisa em si não pode ser acessada. Já o tempo e o espaço, por serem intuídos; portanto, são conhecimentos a priori. Possuem realidade empírica e idealidade transcendental. Por se relacionarem com o objeto, podem ser pensados subjetivamente, sendo existentes e compõem o mundo.

VII – Desenvolvimento do Tema

Após introduzir os conceitos e palavras chave para a leitora da estética Transcendental, ler o texto na íntegra e fazer os apontamentos necessários.

Intuição – Modo pelo qual o sujeito se relaciona com o objeto, através da atividade cognitiva. Operação mental, para obter um modo de conhecimento. A intuição, pode se dar nos seguinte modo: Intuição Pura a Priori; Intuição empírica a priori e Intuição empírica a posteriori.

Sensação – É o efeito que o objeto sensível causa no sujeito cognocente, no ato em que por ele é afetado; Este efeito produz no sujeito cognocente, representações mentais, que são o fruto deste interagir do sujeito cognocente e o objeto sensível.

Sensibilidade – É a capacidade receptiva do sujeito cognocente em relação às representações que nos são dadas pelos objetos percebidos. Toda representação se dá pela mediação entre objeto sensível e sujeito cognocente, valendo-se portanto, dos órgãos dos sentidos. O que leva Kant a concluir, que somente o ser Humano tem a capacidade de criar representações, pois é o único animal que possui faculdades cognitivas.

Fenômenos – É um objeto indeterminado, produzido pela mente do sujeito cognocente, através da intuição. Porém no caso em questão, tomaremos como, a intuição empírica a priori. Neste caso os fenômenos são considerados intuição empírica a priori, pois são dados imediatamente na mente do sujeito cognocente ao ser afetado pelo objeto. Sendo indeterminado, porque se configura como um objeto, que pode ser apreendido no espaço e tempo; porém é desprovido de matéria. Sendo apenas a forma que se apresenta para a mente do sujeito cognocente.

VIII – Recursos didáticos

Textos escritos e xerocados; disposição da sala em círculo para a leitura conjunta; quadro e giz, para apontamento de informações e esquemas de assimilação e compreensão daquilo que está sendo apresentado.

Incentivar a exposição dos comentários de entendimento do texto por parte dos alunos, amarrando sua compreensão, anterior e posterior à leitura conjunta.

Discorrer mediante a leitura de um comentário geral sobre o texto, apontando os pontos chave de acordo com a referência bibliográfica estudada.

IX – Avaliação

Após a leitura do texto, solicitar que os alunos entreguem um resumo do tema discutido, com o foco na seguinte temática:

O que Kant, pretendia ao dizer que o tempo e o espaço são forma pura a priori?

Bibliografia:

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Petrópolis, RJ: vozes, 2012

FERNANDO, Danilo. Espaço, Intuição e fenômeno na Estética Transcendental Kant e Prints, *Série2*, v.12, n2 (especial), pp.28-49, maio-ag., 2017

Aulas de 14 a 21 – Nietzsche

Data da aula XIV: 25/09/2020

Data da aula XV: 28/09/2020

Data da aula XVI: 02/10/2020

Data da aula XVII: 05/10/2020

Data da aula XVIII: 09/10/2020

Data da aula XIX: 16/10/2020

Data da aula XX: 19/10/2020

Data da aula XXI: 23/10/2020

I - Data da aula: 25/09/2020

II - Dados de Identificação

Professor: Devanir dos Santos Inácio

Turma: 1º ano EJA

III – Tema

A morte de Deus

IV – Objetivo geral

Mostrar que a crítica de Nietzsche indica que o Deus cristão entra em cena representando apenas um dos capítulos da história do “verdadeiro mundo”, uma história que se inicia com Platão. Considerada por Nietzsche como “História do erro” pela qual o cristianismo é o veneno da serpente platônica; pois o cristianismo passa a ser o platonismo para o povo. Sendo então que “A morte de Deus” é assim um estágio da morte do platonismo. É nessa rubrica do fim do platonismo que se deve procurar a origem da “desvalorização dos valores”. (No capítulo II – O Niilismo Europeu - página 29)

V – Objetivo específico

Apontar que Nietzsche quer combater o dogmatismo que vigora na filosofia; seja no campo moral; político ou científico.

VI – Conteúdo

Nietzsche: *Civilização e Cultura* - Carlos A. R. de Moura

“Os cumes da cultura e da civilização separam-se: não devemos nos deixar induzir a erro sobre o abissal antagonismo entre cultura e civilização. Os grandes momentos da cultura foram sempre, moralmente falando, tempos de corrupção; e, ao contrário, as épocas de maior disciplina e domesticação do animal homem (‘civilização’), tempos de intolerância para as naturezas mais espirituais e audaciosas. A civilização quer algo de outro do que quer a cultura: talvez algo contrário...” É a esta oposição entre cultura e civilização que vale a pena dirigir a atenção para verificar em que sentido o “animal de rebanho”, este produto final do laboratório civilizador, exprime a decadência.
(*Civilização e Cultura* – P. 211)

VII – Desenvolvimento do Tema

Fazer uma breve análise, expondo para os alunos um pouco da leitura do texto *Nietzsche - Civilização e Cultura*.

PROBLEMATIZAÇÃO:

Observei que em várias passagens, Nietzsche não invalida a existência de Deus.

No capítulo I do item I - O Maior dos Acontecimentos Recentes - Nietzsche Civilização e Cultura, P. 01,02 e 03 - Nietzsche apresenta o pressuposto, para por sua filosofia em prática.

É o ateísmo que dará crédito à doutrina de Nietzsche, permitindo conceber o Eterno retorno; a Vontade de potência; a Transmutação de todos os valores; sendo ainda o pressuposto para o advento do além homem.

Cito: P. 2 - O Maior dos Acontecimentos Recentes

Zaratustra proclama: “Deus morreu, o além homem pode viver,” quer dizer, o ateísmo é equivalente a uma crítica ao “humanismo.” Em segundo lugar, o ateísmo condiciona a estrutura da filosofia de Nietzsche: a passagem do “tu deves” ao “eu quero” é, em primeiro lugar, um resultado da morte de Deus. Porque é antes de tudo a partir do Deus cristão que se dá direito de cidadania a uma extrapolação máxima da Ideia de “dever”.

Entendo que Nietzsche quer mostrar que o cristianismo, enquanto religião, enquanto cultura, é tão dominante, que por ter a influência / ou ser a continuação do platonismo, enquanto doutrina civilizadora, carrega em si seu mais alto grau degenerativo.

Cito P. 2,3 - O Maior dos Acontecimentos Recentes - item I

Como Nietzsche indica na Genealogia da moral, ainda que os sentimentos de “dever” e de “obrigação pessoal” tenham se originado nas mais antigas relações entre os indivíduos, as relações entre comprador e vendedor, eles foram monopolizados e concentrados no dever e na obrigação em relação a Deus. Desde então, quanto mais se exponencial a ideia de Deus, tanto maior será, proporcionalmente, o sentimento de dever e de obrigação em relação a ele. Posto isso, é preciso concluir que o advento do Deus cristão, a expressão mais alta do divino alcançada até então, fez surgir na terra o máximo de sentimento de obrigação. Sendo assim, pode-se prever que o triunfo completo e definitivo do ateísmo libertaria a humanidade de todo sentimento de obrigação em relação à sua origem. Desde então, é por um único e mesmo movimento que se obtém o eclipse do “tu deves” e a emancipação do “eu quero”: renunciar ao dever é reencontrar o querer, é redescobrir o lugar privilegiado do conceito de

“vontade”, que não era reconhecido como essencial exatamente por causa do cristianismo. E este será o primeiro passo para a descoberta simétrica de que a religião exprime uma deliberação da vontade, já que apenas uma vontade fraca prefere obedecer a uma instância transcendente a exercer-se enquanto vontade, quer dizer, a comandar. Donde a relação que Nietzsche estabelecerá entre a elevação do “tipo homem” e o abandono de Deus: “Nunca mais rezarás; nunca mais adorarás; nunca mais descansarás na confiança sem fim - te proíbes de parar diante de uma sabedoria última, bondade última, potência última... O homem, talvez, subirá cada vez mais alto, desde que deixe de *desaguar* em um deus”.

Cito Pagina 09 – último parágrafo - O Maior dos Acontecimentos Recentes - item II

No aforismo 125 *A gaia ciência*, O “Insensato” não anuncia a morte de Deus a uma plateia de fiéis ou de deístas. Ao contrário, essa morte é anunciada àqueles “que não acreditam em Deus.” Signo suficiente de que o acontecimento tem uma dimensão que passou despercebida aos próprios ateus, e que por isso mesmo não é inútil repeti- lhes, novamente, aquilo que eles já sabem; que Deus morreu: essa “boa nova” deve revelar-lhes algo com que eles ainda não atinaram. Mas algo para o qual seus ouvidos ainda não estão preparados.

Esta passagem é muito relevante, para se identificar qual é o interlocutor pretendido por Nietzsche; devendo ser identificado no próprio ateísmo filosófico do século IX alemão.

A crítica à teologia apresentada por Feuerbach nas páginas 12, 13, 14 e 15 do Capítulo I, Item III – *Nietzsche Civilização e Cultura*, apontam para uma tradição que esqueceu as origens remontando em mais uma aproximação da filosofia pretendida por Nietzsche, que a meu ver reafirma o alvo na refutação do platonismo.

Parece-me que o Deus refutado, é um Deus com atributos humanos, que desemboca na negação do próprio homem, na sua alienação. Segue que o novo ateísmo proposto por Nietzsche será idêntico ao fim desta alienação proposta por Feuerbach, porém agora, promovendo o reencontro do indivíduo com sua essência, a reconciliação do homem com seu

ser “genérico”. A meu ver é um indício de podemos reservar na filosofia de Nietzsche a possibilidade da existência de Deus; porém, com outra valoração.

O interlocutor de Nietzsche é o ateu, aquele que a igreja repugna, não sendo, porém, repugnado por seu veneno. É aos europeus que Nietzsche se dirige pois se a dimensão do acontecimento da morte de Deus, ainda não foi apreendida pelos europeus, é porque eles não se deram conta de que com a morte de Deus, todos os valores e ideais de sua civilização perderam sua sustentação.

Cito: P. 20 - O Maior dos Acontecimentos Recentes

O princípio da vontade, o “eu quero,” só estará verdadeiramente liberado quando se levar em devida conta que a consciência da morte de Deus é a desvalorização de todos os valores; quando se tomar consciência, plena portanto, de que a consequência inevitável da morte de Deus é o advento do “nihilismo europeu.”

Estando nessas passagens, explicitada com bastante ênfase a refutação ao platonismo que perdura no cristianismo e mesmo para aqueles, ainda que repugnados pela igreja com seu suposto ateísmo, continuam “bebendo do mesmo veneno”, que é a valoração moral implantada pelo platonismo. Porém Nietzsche vai além e diz que o nihilismo europeu ainda está muito aquém das suas pretensões filosóficas. Então no capítulo II – O Nihilismo Europeu – são apresentadas três figuras do nihilismo; Para Nietzsche, é na terceira figura, P.25, que se tem o verdadeiro nihilismo, pois esta é a figura mais abrangente. Esta terceira figura traz consigo a verdade das duas primeiras e designa a condenação do mundo do vir a ser como um todo, enquanto que as outras figuras significam seja uma condenação do processo, seja uma desvalorização do homem. A terceira figura traz consigo, a verdade das demais. Nietzsche a chama de “Forma suprema do nihilismo”. Onde a origem do Nihilismo na negação do Deus transcendente é a correlação entre a morte de Deus e a desvalorização de todos os valores.

Ao longo do item I do Capítulo II – O Nihilismo Europeu - Nietzsche vai refutando Tomás de Aquino, Kant, Marx e Sartre; Mostrando que tanto os filósofos Medievais como os Modernos, bebem da mesma água - o platonismo.

Cito página 32 primeiro parágrafo – O Niilismo Europeu – Item II

É esse platonismo, compreendido estritamente em função da doutrina das formas ou ideias, que para Nietzsche alonga-se nas metamorfoses do “verdadeiro mundo”. Na “História de um erro,” esse “verdadeiro mundo” prolonga-se no “além” do cristianismo e nos postulados da Razão prática de Kant, no incognoscível do positivismo até a sua supressão. O Deus cristão é apenas uma de suas máscaras e a “morte de Deus” deve ser compreendida antes de tudo como o fim do verdadeiro mundo “instituído” por Platão.

Sendo que este verdadeiro mundo foi, não apenas destronado de seu cargo supremo e rebaixado na hierarquia, más, posto no irreal. A oposição entre mundo - aparência e mundo verdade - redução apresentada por Nietzsche, como oposição entre o mundo e o nada.

Cito página 51 final do último parágrafo – Item III – O Niilismo Europeu.

A morte de Deus e a desvalorização dos valores são eventos simultâneos, enquanto ambos habitam o “Verdadeiro mundo.” “Se não existe” “verdadeiro mundo” não há nem Deus nem valores absolutos. E isso porque somos detentores de uma linguagem não de um logos.

Cito página 53,54 – Item III – O Niilismo Europeu.

Se Deus morreu Só nos resta interpretar as interpretações - e apenas quando fizemos isso começaremos a falar com o “sotaque” de Nietzsche. Isso basta para indicar que a análise nietzschiana de nossa civilização nunca se confundirá com a “crítica da ideologia,” no sentido habitual da expressão. Religiões, morais e filosofias nunca serão vistas como representações “falsas,” por oposição a uma ciência que desmascararia todas as ilusões. Essas maneiras de tratar a ideologia, por oposição à ciência, como uma representação falsa, é ingenuamente grega e o crítico da ideologia é apenas um platônico a mais, com assento no fim da história universal. A falsidade de um juízo – diz Nietzsche – “não é para nós nenhuma objeção contra esse juízo: é nisso, talvez, que nossa língua nova soa mais estrangeira”. O que importa é saber se esse juízo é apto ou não a promover a vida, a conservar a espécie. Para que serve a obsessão pelo verdadeiro e falso, senão para reiterar o platonismo? O que importa é reconhecer aquilo que Platão e seus epígonos jamais quiseram, nem puderam admitir, a saber, que “em todo filosofar, até agora, nunca se tratou de ‘verdade’, mas de algo outro, digamos saúde, futuro, crescimento, potência, vida ...”.

Más o “crente” nietzschiano não é enganado por ninguém e o “ideal” que ele adota corresponde a uma *necessidade sua*, a um determinado modo de vida.

Assim, religiões, morais e filosofias, não têm como essência serem erros ou mentiras, mas correspondem à necessidade de um tipo de vida. Por isso, o procedimento de Nietzsche será sempre de regredir da obra ao criador, da ação ao agente, do ideal àquele que necessita dele, “de todo modo de pensar e de valorar à *necessidade* que comanda por trás dele”.

Se a crítica da moral exige a comparação de diversas morais, também exige outra coisa: exige que saia para uma posição fora da moral, assim como o Andarilho que deixa a cidade para saber a altura de suas torres; Situando-se para além do bem e do mal; Situando-se para além da “vontade de verdade” e reconhecendo que a mentira é uma condição Vital. Para Nietzsche o verdadeiro problema da moral, só surge para quem afasta de seu horizonte o dogmatismo e o historicismo - essas duas formas ainda platônicas da filosofia moral .

E finalmente na conclusão página 288 e 289 Nietzsche apresenta a superação do niilismo, como sendo uma possível justificação para um sentido à existência humana.

Cito:

Mas o importante é que o não senso da existência humana ainda é visado como algo a ser ultrapassado e se esta superação do niilismo não é mais nenhuma reedição atualizada do cristianismo, ela ainda nos trará algo.

Acredito ser outra concepção de Deus através da teoria do Eterno Retorno.

Cito:

Que tudo retorna - diz Nietzsche - “é a mais extrema *aproximação de um mundo do vir-a-ser ao mundo do Ser*”.

Nietzsche finaliza dizendo:

Cito:

Deus morreu? Sim, sem dúvida. Mas que ninguém se aborreça muito com isso. Encontramos um substituto à altura para garantir a união de nossa existência ao todo do ser: “um vir-a-ser” como totalidade que recupera em si, todos os seus momentos, o vir-a-ser sob a forma do eterno retorno do mesmo. Que ninguém se preocupe, portanto: O universo permanece uma imensa comunidade eclesial de base. E, se Deus morreu, é preciso reconhecer que no fundo no fundo ele ganhou a guerra.

Apontados todos os problemas que identifiquei na leitura do *Texto Nietzsche: Civilização e Cultura*, entendo que é possível interpretações diversas a cerca da questão moral proposta por Nietzsche. Contudo minha empreitada será no sentido estrito de tentar elucidar que Nietzsche, quer combater o platonismo que deu origem à “história do erro” que perdura até hoje, mascarada pelo cristianismo e que o alvo de Nietzsche, não é o cristianismo enquanto expressão religiosa e cultural. E a partir desta leitura, extrair as principais consequências da filosofia de Nietzsche, ao apontar que “Deus está morto”.

Nietzsche propõe o verdadeiro niilismo, para que o mundo se livre de toda carga conceitual da moral platônica, pois considera que o platonismo teve sua continuidade no Cristianismo, com as devidas modificações. Propondo a “Morte de Deus,” e com esta, todas as suas

consequências no mais alto grau, Nietzsche entende que o homem será capaz de se reconhecer mais forte, passando a afirmar a vida e criando novos valores adequados à realidade e à vivência do mundo. A perspectiva moral proposta por Nietzsche leva em conta elementos que ampliam positivamente a vida, o que não ocorreria na perspectiva moral que ele procura combater.

Na P.23 *Nietzsche - Civilização e cultura*: “os valores supremos que consagram a vida do homem, foram criados enquanto valores sociais para o fortalecimento do homem, mas sendo valores sociais, foram erroneamente tomados como mandamentos de Deus”. Desta forma com o surgimento do niilismo, o universo perde sua estrutura organizada, a vida humana se vê sem sentido. É devido a esse erro da transformação de valores sociais em mandamentos divinos, que esse “Deus” é sacrificado. Segundo Nietzsche foi esse o grande erro da história. Com a negação da vida mundana e com a postulação do “mundo verdadeiro”, o platonismo sacrificou antecipadamente todo crédito possível em um Deus, em uma moral que dele resulte. Por isso, para se passar a história a limpo, não basta substituir um deus por outros, é necessário apagar tudo que até então foi posto como verdade e por isso, nem mesmo “Deus” escapará desta empreitada. É necessário a sua morte, para que, livre de toda moral, de toda “verdade,” o homem ultrapasse todos os limites e se permita se inserir

novamente no universo, porém agora de forma afirmativa. De forma a aceitar sua natureza, sem postergar suas necessidades e potencialidades. Se desvencilhando da vã ilusão de um mudo futuro. O qual, só foi postulado por Platão, por este em seu tempo, não ter a devida compreensão do universo, tal como se tem na modernidade. É esse o grande erro a ser combatido no cristianismo enquanto, continuador do platonismo. Sendo o balizador das questões morais e sociais no mundo, de forma dogmática.

VIII – Recursos didáticos

Textos escritos e xerocados; disposição da sala em círculo para o debate; quadro e giz, para apontamento de informações e esquemas de assimilação e compreensão daquilo que está sendo apresentado.

Disponibilizar a cópia do texto e solicitar aos alunos que leiam previamente, fazendo anotações das dúvidas e apontando o que entenderam do texto, de forma a fomentar o debate em sala de aula.

Em sala de aula, iniciar o debate entre os participantes, com mediações pontuais de minha parte, direcionando o entendimento do texto a partir do esclarecimento das dúvidas apresentadas.

Incentivar a exposição dos comentários de entendimento do texto por parte dos alunos, amarrando sua compreensão, anterior e posterior ao debate.

Discorrer mediante a leitura de um comentário geral sobre o texto, apontando os pontos chave de acordo com a referência bibliográfica estudada sem, contudo, apontar uma conclusão única e envelopada. Incentivar os alunos ao exercício do senso crítico, analítico e filosófico.

IX – Avaliação

Após o debate, solicitar que os alunos entreguem um resumo do tema discutido, com o foco na seguinte temática:

Quais são as pretensões de Nietzsche ao anunciar a “Morte de Deus”?

Quais as consequências na vida mundana, com o advento do Niilismo supremo?

X – Bibliografia

Carlos A. R. de Moura, Nietzsche: civilização e cultura – Editora Martins Fontes - São Paulo.
1ª edição 2005.

Nietzsche, Genealogia da Moral – Tradução de Paulo César de Souza Editora SCHWARCZ
LTDA; São Paulo - 2009

Aulas de 22 a 25 – Fechamento do curso; avaliação final e recuperação.

Data da aula XXII: 26/10/2020

Data da aula XXIII: 30/10/2020

Data da aula XXIV: 06/11/2020